Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Positivo Informática S.A. ("Companhia"), fundada em 1989, possui um parque tecnológico de três unidades no município de Curitiba - PR, uma unidade no município de Ilhéus -BA, duas controladas diretas, uma em Manaus - AM e outra em Ilhéus-BA, e uma controlada indireta em São Paulo - SP. Em dezembro de 2010, a Companhia adquiriu o controle compartilhado da Informática Fueguina S.A., na Argentina. Em fevereiro de 2011, a Companhia adquiriu o controle acionário da Crounal S.A., no Uruguai. Em abril de 2012, a Companhia adquiriu a controlada direta Portal Mundo Positivo Ltda. Em maio de 2014, a Companhia adquiriu a controlada em conjunto BR.Droid Desenvolvimento de Software S.A. Em outubro de 2014, a Companhia realizou a abertura da controlada em conjunto PBG Rwanda Limited.

Tem como atividades preponderantes a industrialização, comercialização e desenvolvimento de projetos na área de informática; industrialização, comercialização e locação de software e hardware; comercialização de equipamentos de informática, de sistemas de aplicação pedagógica e de administração escolar, planejamento e suporte técnico-pedagógico; representação, comercialização, implantação, treinamento e suporte, assistência técnica de equipamentos e de sistemas de ensino técnico, tecnológico e científico em diversas áreas e demais atividades correlatas.

Dentre os produtos fabricados e comercializados pela Companhia encontram-se: computadores de pequeno e médio porte, computadores portáteis, tablets, monitores, placas eletrônicas, mesas educacionais informatizadas, servidores, celulares, *smartphones* e softwares educacionais.

As ações da Positivo Informática S.A. são negociadas na bolsa de valores de São Paulo - BM&FBOVESPA sob observância das práticas de Governança Corporativa - Novo Mercado.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 03 de março de 2015.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB))

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Positivo Informática S.A. no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na nota 3.

(a) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)) . Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

(b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS no requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

(c) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As seguintes normas e alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1 de janeiro de 2014.

- (i) Alteração ao CPC 01/IAS 36 "Redução no Valor Recuperável de Ativos" sobre a divulgação do valor recuperável de ativos não financeiros. Essa alteração elimina determinadas divulgações do valor recuperável de Unidades Geradoras de Caixa (UGC) que haviam sido incluídas no IAS 36 com a emissão do IFRS 13.
- (ii) CPC 19/IFRIC 21 "Tributos", trata da contabilização de obrigação de pagar um imposto se o passivo fizer parte do escopo do IAS 37 "Provisões". A interpretação esclarece qual fato gerador da obrigação gera o pagamento de um imposto e quando um passivo deve ser reconhecido.
- (iii) CPC 07 "Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-financeiros de Propósito Geral", trata dos aspectos quantitativos e qualitativos das divulgações em notas explicativas, reforçando as exigências já existentes nas normas contábeis e ressaltando que somente as informações relevantes para os usuários das demonstrações financeiras devem ser divulgadas.
- (iv) Revisão CPC 07 "Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Separadas", altera a redação do CPC 35 "Demonstrações Separadas" para incorporar as modificações efetuadas pelo IASB no IAS 27 Separate Financial Statements, que passa a permitir a adoção do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e joint ventures nas demonstrações separadas, alinhando, dessa forma, as práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade. Especialmente para fins de IFRS, as modificações do IAS 27 foram adotadas antecipadamente.

Outras alterações e interpretações em vigor para o exercício financeiro a ser iniciado em 1º de janeiro de 2014 não são relevantes para o Grupo.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.2. Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

	Participação %			
	2014	2013		
Controladas Diretas				
Positivo Informática da Amazônia Ltda.	100,00	100,00		
Positivo Informática da Bahia Ltda.	100,00	100,00		
Portal Mundo Positivo Ltda.	90,00	90,00		
Crounal S.A.	100,00	100,00		
Controladas Indiretas				
Investida da Positivo				
Informática da Bahia Ltda.				
Boreo Comércio de Equipamentos Ltda.	100,00	100,00		
Investida da Positivo				
Informática da Amazônia Ltda.				
Portal Mundo Positivo Ltda.	10,00	10,00		

(b) Empreendimento controlado em conjunto

Empreendimento controlado em conjunto é a entidade sobre a qual a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. O empreendimento controlado em conjunto é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial e é, inicialmente, reconhecido pelo seu valor de custo. A participação nos lucros ou prejuízos é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas de um empreendimento controlado em conjunto for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da *joint venture*.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e seu empreendimento controlado em conjunto são eliminados na proporção da participação da Companhia. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis da *joint venture* são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

_	Participação %		
	2014	2013	
Empreendimento controlado em conjunto	-		
Informática Fueguina S.A.	50,00	50,00	
BR.Droid Desenvolvimento de Software S.A.	50,10	-	
Investida da Positivo			
Informática da Bahia Ltda.			
PBG Rwanda Limited	50.00	_	

2.3. Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas na nota 24 de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia. Os segmentos reportáveis da Companhia são varejo e governo.

2.4. Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do consolidado.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

(c) Investidas com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- (i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.
- (ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações).
- (iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda da venda.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante.

2.6. Ativos financeiros

2.6.1. Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem "Contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "Caixa e equivalentes de caixa". Também compreendem operações de partes relacionadas, cujos prazos de vencimento são *on demand* e consequentemente não há necessidade de apurar o valor justo.

2.6.2. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem.

2.6.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6.4. Impairment de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios usados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - . mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.7 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de taxa de juros e câmbio, incluindo contratos de câmbio a termo, "swaps" de taxa de juros e de moedas. As Notas 29 e 30 incluem informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente remensurados pelo valor justo. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de "hedge"; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de "hedge". Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia não adotou a contabilidade de "hedge".

2.8 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de produtos e mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou "*impairment*").

2.9 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

A provisão de obsolescência para estoques é realizada com base na avaliação das matérias primas, estoques de revendas e produtos acabados que não possuem expectativa clara de utilização e venda. A base principal dessa avaliação é o giro dos estoques, segregando aqueles destinados à produção daqueles destinados à assistência técnica.

2.10 Imobilizado

Edificações, imobilizações em andamento, móveis e utensílios e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos iniciase quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativo imobilizado	Vidas úteis
Máquinas e equipamentos	10 anos
Benfeitorias s/ imóvel locado	10 anos
Hardware	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Instalações industriais	10 anos
Edificações	25 anos
Outros imobilizados	10 anos

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.11 Ativos intangíveis

(a) Ágio

O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (impairment). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment. Perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

(b) Gastos com desenvolvimento - ativo intangível gerado internamente

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O ativo intangível gerado internamente resultante de gastos com desenvolvimento (ou de uma fase de desenvolvimento de um projeto interno) é reconhecido se, e somente se, demonstrado todas as seguintes condições:

- . A viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda;
- . A intenção de se completar o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo;
- . A habilidade de usar ou vender o ativo intangível;
- . Como o ativo intangível irá gerar prováveis benefícios econômicos futuros;
- . A disponibilidade de adequados recursos técnicos, financeiros e outros para completar o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo; e
- . A habilidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são registrados ao valor de custo, deduzido da amortização e da perda por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente.

(c) Softwares

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir-los e fazer com que estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- . É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso.
- . A administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo.
- . O software pode ser vendido ou usado.
- . Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros.
- . Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*.
- . O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

2.12 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço.

2.13 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Também compreendem operações de partes relacionadas, cujo reconhecimento inicial é pelo valor justo.

2.14 Arrendamento

A Companhia como arrendatária

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

A Companhia arrenda certos bens do imobilizado. Os arrendamentos do imobilizado, nos quais a Companhia detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas em outros passivos a longo prazo. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

A Companhia como arrendadora

As contas a receber de arrendatários referentes a contratos de arrendamento financeiro são registradas inicialmente com base no valor justo do bem arrendado. O rendimento do arrendamento financeiro é reconhecido nos períodos contábeis, a fim de refletir a taxa de retorno efetiva no investimento líquido da Companhia em aberto em relação aos arrendamentos.

A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do arrendamento em questão. Os custos diretos iniciais incorridos na negociação e preparação do leasing operacional são adicionados ao valor contábil dos ativos arrendados e reconhecidos também pelo método linear pelo período de vigência do arrendamento.

2.15 Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.16 Subvenções governamentais

Para subvenções governamentais, conforme mencionado na Nota 7, a Companhia goza de benefícios fiscais. A parcela correspondente à utilização dos benefícios fiscais relativa ao ICMS decorrentes da venda de produtos industrializados é reconhecida da seguinte forma:

- . Como receita do exercício corrente, a parcela em que as obrigações de investimentos relacionadas ao benefício foram plenamente atendidas;
- . Mantida no passivo, sob a rubrica Receita Diferida, a parcela cuja obrigação de investimento ainda não foi plenamente atendida;
- . Também mantida no passivo, sob a rubrica Receita Diferida, a parcela de investimento referente a um ativo amortizável. Esta parcela será reconhecida como receita ao longo do período da vida útil deste bem, na proporção de sua amortização;
- . Como receita do exercício corrente, a parcela em que não há obrigação direta de investimento.
- . As subvenções governamentais são computadas no resultado como receita na conta "Impostos sobre vendas".

Em atendimento à Lei 11.638/07 e ao CPC 7 - Subvenção e assistência governamentais, os incentivos fiscais da Companhia são reconhecidos no resultado na rubrica de Impostos sobre vendas. Após a apuração do resultado do exercício, se tiver sido apurado lucro, é realizada a destinação dos incentivos fiscais para a conta de Reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.

2.17 Provisões

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) e outras são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada *(constructive obligation)* como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.18 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

2.19 Benefícios a empregados

(a) Remuneração com base em ações

O plano de remuneração baseado em ações para empregados e outros provedores de serviços similares são mensurados pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. Os detalhes a respeito da determinação do valor justo desses planos estão descritos na Nota 31.

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No final de cada período de relatório, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do período, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na conta "Opções Outorgadas Reconhecidas" que registrou o benefício aos empregados.

(b) Obrigações de aposentadoria

A Companhia opera com plano de pensão na modalidade de contribuição definida. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior.

(c) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (constructive obligation).

2.20 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Um instrumento de patrimônio é um contrato que evidencia uma participação residual nos ativos de uma empresa após a dedução de todas as suas obrigações. Os instrumentos de patrimônio emitidos pela Companhia são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

A recompra dos próprios instrumentos de patrimônio da Companhia é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado proveniente de compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos de patrimônio da Companhia.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.21 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre investidas.

(a) Venda de produtos

A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- . a Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- . a Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- . o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- . é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluam para a Companhia; e
- os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

(b) Prestação de serviços

A receita de um contrato para prestação de serviços é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão do contrato. O estágio de conclusão dos contratos é assim determinado:

- . Os honorários de instalação são reconhecidos de acordo com o estágio de conclusão dos serviços de instalação, determinados proporcionalmente entre o tempo total estimado para os serviços e o tempo decorrido até o final de cada período de relatório.
- . Os honorários de serviços incluídos no preço de produtos vendidos são reconhecidos proporcionalmente ao seu custo total, considerando as tendências históricas no número de serviços realmente prestados em produtos vendidos anteriormente.

A receita referente a serviços com base em tempo e materiais contratados é reconhecida às taxas contratuais conforme as horas trabalhadas e quando as despesas diretas são incorridas.

(c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.22 Distribuição de dividendos

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.23 Novas normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2014. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- . IFRS 15 "Receita de Contratos com Clientes" Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 10 de janeiro de 2017 e substitui a IAS 11 "Contratos de Construção", IAS 18 "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.
- . IFRS 9 "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 10 de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O IFRS 9 abranda as exigências de efetividade do hedge, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de hedge e que o índice de hedge seja o mesmo que aquele que a administração de fato usa para fins de gestão do risco. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas, premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Redução ao valor recuperável do ágio

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para determinar se o ágio apresenta redução em seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa para as quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado.

O valor contábil do ágio em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é de R\$ 14.173 e pela avaliação da Administração não foi necessário registrar provisão para perda do valor recuperável nos anos de 2014 e 2013. Os detalhes do cálculo da perda por redução ao valor recuperável estão divulgados na Nota 13.b.

(b) Avaliação de instrumentos financeiros

A Companhia usa técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A Nota 30 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

(c) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia e suas controladas e o empreendimento controlado em conjunto estão sujeitos ao imposto sobre a renda em todos os países em que operam. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses países. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

3.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da entidade

(a) Benefícios fiscais - ICMS

Conforme descrito na Nota 7, a Companhia possui incentivos fiscais de ICMS concedidos pelo Governo Estadual, sem amparo em convênio do Confaz. Todavia, os princípios da segurança jurídica e da moralidade administrativa, segundo a opinião dos assessores jurídicos da Companhia - que emitiram parecer sobre o tema, impõem considerar que, na eventualidade de serem declarados inválidos pelos tribunais pátrios, os órgãos concedentes tem adotado, historicamente, a providência de convalidá-los, não havendo, portanto, passivo a ser registrado nas demonstrações financeiras.

(b) Impostos a recuperar - ICMS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conforme descrito na Nota 7, a Administração efetua estudos periódicos para avaliar a realização dos créditos relativos a impostos a recuperar, tomando medidas preventivas para que tal realização ocorra e evitar que o saldo exceda a capacidade de sua realização.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controla	dora	Conso	lidado
	2014	2013	2014	2013
Bancos	12.104	12.767	17.032	20.381
Aplicações financeiras atreladas ao Certificado de				
Depósito Interbancário - CDI	207.329	144.593	207.329	144.593
	219.433	157.360	224.361	164.974

Nos exercícios de 2014 e de 2013, as aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um valor conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. O rendimento médio está divulgado na Nota 28 (c).

5 Contas a receber

	Controlado	ra	Consolidad	lo
	2014	2013	2014	2013
A vencer	299.293	382.713	377.235	418.852
Vencidos até 30 dias	63.076	43.700	70.087	43.262
Vencidos de 31 a 60 dias	13.321	14.532	15.233	14.916
Vencidos de 61 a 90 dias	1.556	5.905	4.535	6.280
Vencidos de 91 a 180 dias	6.928	5.697	8.901	5.720
Vencidos de 181 a 360 dias	7.423	10.050	8.376	10.665
Vencidos há mais de 361 dias	16.079	21.085	17.703	21.354
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(16.122)	(16.798)	(16.441)	(17.107)
(-) Ajuste a valor presente	(3.665)	(3.348)	(4.983)	(4.070)
	387.889	463.536	480.646	499.872

Os valores justos das contas a receber de clientes se aproximam dos saldos apresentados acima.

Os saldos vencidos referem-se substancialmente à venda de mercadorias a órgãos públicos, cujo recebimento depende de processo interno de aprovação de pagamento pelos referidos órgãos. Historicamente, essa situação de atraso no processo de pagamento é uma característica normal nesse segmento de vendas, previsto pela Administração dentro de sua estratégia de negócios, e não trouxe perdas relevantes para a Companhia. Portanto, os saldos vencidos ainda não representam neste momento nenhum risco relevante de perda no recebimento desses créditos e por esse motivo, a provisão foi constituída somente para casos em que há perspectiva de perda por parte da Companhia. O montante de títulos vencidos de órgãos públicos no exercício de 2014 é de R\$ 41.489 (R\$ 44.719 em 2013).

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possui R\$ 2.360 referente a contratos de arrendamento mercantil financeiro, registrados no contas a receber de curto prazo (R\$ 5.510 Em 31 de dezembro de 2013).

O período médio de crédito na venda de produtos é de 60 dias, exceto determinadas vendas a órgãos

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

públicos em que o prazo pode chegar até 180 dias.

Critério para estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa - devido à concentração das vendas em poucos clientes (os 20 maiores clientes representam cerca de 74% do montante a receber em 2014, cerca de 77% em 2013), a Companhia avalia a necessidade de provisão para perdas com créditos substancialmente através de análise individual dos créditos em atraso, conjugado com o índice de perdas históricas destes créditos. No exercício de 2014, o saldo consolidado desta provisão totalizou R\$ 16.441 (em 2013, R\$ 17.107).

O ajuste a valor presente das contas a receber é calculado para demonstrar o valor presente de um fluxo de caixa futuro. A Companhia considera o prazo de pagamento de cada transação a prazo, e calcula o desconto desta transação utilizando a taxa do CDI como referência.

Composição por vencimento dos valores vencidos e não incluídos na provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	Controlado	ra	Consolidad	lo
	2014	2013	2014	2013
Até 30 dias	63.076	43.700	70.087	43.262
31 a 60 dias	13.321	14.476	15.233	14.860
61 a 90 dias	1.556	5.894	4.535	6.269
91 a 180 dias	6.851	5.468	8.823	5.489
181 a 360 dias	4.438	6.271	5.357	6.758
acima de 361 dias	3.019	8.362	4.359	8.452
	92.261	84.171	108.394	85.090

Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	Controla	adora	Conso	lidado
	2014	2013	2014	2013
Saldo no início do exercício	16.798	11.848	17.107	11.868
Perdas reconhecidas	(6.989)	-	(7.004)	-
Constituição sobre a provisão para				
créditos de liquidação duvidosa reconhecida	6.313	4.950	6.338	5.239
	16.122	16.798	16.441	17.107

6 Estoques

	Controlado	ora	Consolida	<u>idado</u>	
	2014	2013	2014	2013	
Materiais	259.816	364.166	279.002	390.399	
Produtos acabados	137.275	159.194	159.588	175.773	
Importações em andamento	15.246	50.408	24.763	52.784	
Adiantamentos a fornecedores	40.214	86.983	51.440	95.960	
Provisão para perdas com estoques	(34.385)	(52.845)	(35.290)	(54.206)	
	418.166	607.906	479.503	660.710	

A provisão para perdas com estoques é realizada com base na avaliação das matérias-primas, estoques de revendas e produtos acabados que não possuem expectativa clara de utilização e venda. A base principal dessa avaliação é a perspectiva de realização dos estoques, segregando aqueles destinados à produção daqueles destinados à assistência técnica. A Administração estima que os

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

estoques sejam realizados em um período inferior a 12 meses. A redução dos estoques pela utilização está demonstrada na Nota 23.

7 Impostos a recuperar

	Controlado	ra	Consolidad	0
	2014	2013	2014	2013
ICMS	143.125	110.916	143.370	110.935
COFINS	34.674	33.283	35.593	33.558
Imposto de renda	29.979	23.082	30.514	23.288
IPI	12.240	13.475	12.400	13.625
PIS	5.287	5.674	5.486	5.734
Contribuição social	7.087	6.072	7.094	6.072
Outros impostos a recuperar	2.402	2.109	2.404	2.109
<u> </u>	234.794	194.611	236.861	195.321
Parcela no circulante	116.404	112.245	118.471	112.955
Parcela no não circulante	118.390	82.366	118.390	82.366

ICMS

A Companhia utiliza os seguintes benefícios de Impostos Sobre Circulação de Mercadorias - ICMS:

- (i) Lei Estadual nº. 13.214/2001 e referendada pela Lei Estadual nº 15.542/2007, que estabelece redução para 7% na carga tributária dos produtos de informática para vendas dentro do estado;
- (ii) Decreto Estadual nº 5.375/2002, confirmado por Termo de Acordo de Regime Especial, que possibilita a utilização de crédito presumido do ICMS, resultando em carga tributária de 3% para produtos específicos comercializados pela Companhia (vigência do Artigo 3º até 31 de julho de 2011).
- (iii) Decreto Estadual nº 1922/2011 entrou em vigor a partir de 01 de agosto de 2011, revogando o Artigo 3º do Decreto Estadual nº 5.375/2002 e concede crédito presumido do ICMS equivalente ao valor devido pela saída, resultando em carga tributária de 0% para produtos específicos comercializados pela Companhia.

Com resultado da fruição dos benefícios fiscais acima mencionados, no exercício de 2014 a Companhia registrou o montante de R\$ 250.244 (R\$ 262.043 em 2013), relativo à subvenção para investimento, na conta de deduções sobre venda - Impostos sobre vendas, referente à venda de produtos industrializados e manteve o valor de R\$ 16.785 no passivo, sob a rubrica de receita diferida (R\$ 23.097 em 2013). Este valor será apropriado ao resultado em função da amortização dos ativos relacionados e cumprimento de obrigações exigidas em contrapartida ao referido benefício fiscal, conforme previsto nas normas preconizadas no CPC 7 e divulgado na Nota 13.a. O prazo do referido benefício fiscal é indeterminado.

IPI

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O crédito do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI deve-se à utilização do benefício fiscal previsto na Lei nº 8.248/1991, que concedeu a isenção do IPI posteriormente convertida em redução progressiva, sobre as saídas dos equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos novos, inclusive aos de automação industrial e de processamento de dados de fabricação nacional, combinado com a manutenção e a utilização do crédito do IPI, relativo às matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, empregados na industrialização dos bens. A redução progressiva dos percentuais sobre o referido imposto devido, prevista em lei, obedece ao seguinte calendário:

- . Redução de 95% (noventa e cinco por cento) do imposto devido, de 1º de janeiro de 2004 até 31 de dezembro de 2024.
- . Redução de 90% (noventa por cento) do imposto devido, de 1º de janeiro de 2025 até 31 de dezembro de 2026.
- . Redução de 70% (setenta por cento) do imposto devido, de 1º de janeiro de 2027 até 31 de dezembro de 2029, quando será extinta a redução.

Para usufruir do referido benefício, a Companhia deve investir anualmente cerca de 5% do faturamento bruto de bens e serviços de informática incentivados, em atividades de pesquisa e desenvolvimento e tecnologia de informação calculados de acordo com a Lei nº 8.248/1991 e suas alterações. A Companhia anualmente deve apresentar ao Ministério da Ciência e Tecnologia evidências de que cumpre essa exigência de investimento.

8 Outros créditos

	Controlado	ra	Consolidado		
	2014	2013	2014	2013	
Despesas antecipadas (a)	10.804	19.240	13.093	19.981	
Depósitos judiciais	15.187	13.856	15.294	13.909	
Juros a apropriar	4.394	7 86	4.430	793	
Outros	12.811	4.137	12.807	4.188	
	43.196	38.019	45.624	38.871	
Parcela circulante	26.684	23.492	29.021	24.253	
Parcela não circulante	16.512	14.527	16.603	14.618	

(a) Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia possui créditos a serem compensados com gastos de propaganda e publicidade, no valor de R\$ 9.326 (R\$ 8.019 em 31 de dezembro de 2013), registrados na conta de despesa antecipada de propaganda. A Administração considera que a realização deverá ocorrer até o exercício findo em 31/12/2015 e contabilizou o ajuste a valor presente sobre o saldo.

9 Partes relacionadas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Transações comerciais

Controladora										
Ative)		Passivo			Vendas e ser	viços		Compras e serviços	
2014	2013		2014	2013		2014	2013		2014	2013
627	457	(a)	9			1.236	1.355	(f)	383	338
29	29	(a)	232	-		-	5		-	- (j)
1.897	2.534	(a)	42	-	(d)	11.736	10.928	(c)	589	2.316 (d)
1.190	131	(a)	-	-		150	82	(b)	55	253 (b)
6	173	(a)	-	-		171	425			2.508
	-		-	966	(e)	-	-		12.485	11.405 (e)
12.464	16.513	(k)	-			-	-			-
3.905										
142	7.647	(1)	-	-		-	-			-
			536							
	5.527		-	-		-	-			-
			201							
21.515	10.051	(g)	8	15.212	(i)	111.566	43.565	(h)	39.018	6.139 (i)
41.774	43.062	_	1.028	16.178		124.859	56.360		52.530	22.959
	2014 627 29 1.897 1.190 6 12.464 3.905 142	627 457 29 29 1.897 2.534 1.190 131 6 173 - 12.464 16.513 3.905 142 7.647 5.527	2014 2013 627 457 (a) 29 29 (a) 1.897 2.5534 (a) 1.190 131 (a) 6 173 (a) - 12.464 16.513 (k) 3.905 142 7.647 (l) 5.527 21.515 10.051 (g)	2014 2013 2014 627 457 (a) 9 29 29 (a) 232 1.897 2.534 (a) 42 1.1190 131 (a) - 6 173 (a) - 12.464 16.513 (k) - 13.905 142 7.647 (l) - 536 5.527 - 201 21.515 10.051 (g) 8	2014 2013 2014 2013 627 457 (a) 9 - 29 29 (a) 232 - 1.1897 2.534 (a) 42 - 6 173 (a) - - 6 173 (a) - - 12.464 16.513 (k) - - 3.905 - - - 142 7.647 (l) - - 5.527 - - - 21.515 10.051 (g) 8 15.212	2014 2013 2014 2013 627 457 (a) 9 - 29 29 (a) 232 - 1.897 2.534 (a) 42 - (d) 1.190 131 (a) - - 6 173 (a) - - - - 966 (c) 12.464 16.513 (k) - - 3.905 - - - 142 7.647 (l) - - 536 - - - 5.527 - - - 21.515 10.051 (g) 8 15.212 (l)	Ativo Passivo Vendas e ser 2014 2013 2014 2013 2014 627 457 (a) 9 - 1.236 29 29 (a) 232 - - 1.897 2.534 (a) 42 - (d) 11.736 1.190 131 (a) - - 150 6 173 (a) - - 171 - - 966 (e) - 12.464 16.513 (k) - - - 3.995 - - - - - 142 7.647 (l) - - - - 5.527 - - - - - 21.515 10.051 (g) 8 15.212 (l) 111.566	Ativo Passivo Vendas escriços 2014 2013 2014 2013 2014 2013 627 457 (a) 9 - 1.236 1.355 29 29 (a) 232 - - 5 1.190 131 (a) - - 150 82 6 173 (a) - - 171 425 - - 966 (c) - - 12.464 16.513 (k) - - - - 3.905 - - - - - - 142 7.647 (l) - - - - - 5.527 - - - - - - - 21.515 10.051 (g) 8 15.212 (i) 111.566 43.565	Ativo Passivo Vendas eserviços 2014 2013 2014 2013 627 457 (a) 9 - 1.236 1.355 (f) 29 29 (a) 232 - - 5 (a) 1.176 10.928 (c) 1.190 131 (a) - - 150 82 (b) 6 173 (a) - - 171 425 - - 966 (e) - - - 12.464 16.513 (k) - - - - - 3.995 - - - - - - - - 142 7.647 (l) - - - - - - 5.527 - - - - - - - - 201 - - - - -	Ativo Passivo Vendas escriços Compras e ser 2014 2013 2014 2013 2014 2013 2014 2013 2014 <th< td=""></th<>

	Consolidado								
	Ativo		Passivo		Vendas e serv	Vendas e serviços		Compras e serviços	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	
Circulante									
Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda.	627	457 (a)	9	-	1.236	1.355 (f)	383	338	
Sociedade Educacional Positivo Ltda.	29	29 (a)	232	-	-	5	-	-	
Editora Positivo Ltda.	1.897	2.534 (a)	42	- (d)	11.736	10.928 (c)	589	2.316	
Gráfica e Editora Posigraf S.A.	1.190	131 (a)	-	-	150	82 (b)	55	253	
Positivo Educacional Ltda.	6	173 (a)	-	-	171	425	-	2.508	
Rosch Administração de Bens Ltda .	-	-	-	965 (e)	-	-	12.485	11.405	
BR.Droid Desenvolvimento de Software S.A.	-	-	201	-	-	-	-	-	
Informática Fueguina S.A.	14.57 0	30.588 (h)	-	<u> </u>	61.275	69.117 (h)		-	
_	18.319	33.912	484	965	74.568	81.912	13.513	16.820	

As transações entre partes relacionadas acontecem em condições de preços e prazos condizentes com os praticados no mercado.

(a) Vendas de micro-computadores

São transações de comercialização de micro-computadores produzidos pela Companhia, que realiza vendas para todas as partes relacionadas.

(b) Produtos e serviços gráficos - Gráfica e Editora Posigraf S.A.

Referem-se às compras de produtos e serviços gráficos e venda de computadores e equipamentos de informática produzidos pela Companhia

(c) Direitos autorais - Editora Positivo Ltda.

Os direitos autorais são referentes à disponibilização, pela Positivo Informática S.A., de acessos aos sítios na internet denominados "Portal Positivo" e "Portal Aprende Brasil", aos clientes indicados pela Editora Positivo Ltda., bem como o fornecimento da matriz de CD-ROMs com conteúdos educacionais.

A Companhia disponibiliza o acesso ao "Portal Positivo" para todas as instituições conveniadas pela Editora Positivo ao Sistema Positivo de Ensino, denominado SPE, e o acesso ao "Portal Aprende Brasil" para todas as instituições conveniadas pela Editora Positivo ao Sistema de Ensino Aprende Brasil, denominado SABE.

Conforme contratos independentes, a Companhia recebe remuneração específica pelo acesso ao

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

"Portal Positivo" no montante de R\$ 4.638 por ano, dividida em doze parcelas mensais, e pelo acesso ao "Portal Aprende Brasil" de R\$ 2.861 por ano, dividida em quatro parcelas trimestrais.

(d) Serviços editoriais

Referem-se à contratação de serviços editoriais, os quais são aplicados nos produtos gráficos produzidos pela Gráfica e Editora Posigraf S.A. e demais gráficas contratadas pela Companhia.

(e) Aluguel - Rosch Administradora de Bens Ltda.

A Companhia possui contrato de aluguel de unidades industriais com parte relacionada que expira a cada seis anos no valor mensal de R\$ 966. O valor é reajustado anualmente, por índice previsto em contrato. Além disso, o valor é passível de repactuação, mediante a formalização de aditivo contratual em caso de ampliação das áreas construídas para aumento da capacidade produtiva e introdução de benfeitorias pela locadora.

(f) Convênio - Centro de Estudos Superiores Positivo

A Companhia firmou convênio com a Universidade Positivo referente ao programa de cooperação e intercâmbio científico e tecnológico, amparado pela legislação brasileira, Lei nº 11.077/2004 e Decreto nº 5.906/2006, relativa à capacitação e competitividade do setor de tecnologia da informação, abrangendo atividades de pesquisa, desenvolvimento e serviços científicos e tecnológicos, formação e treinamento de recursos humanos, absorção e transferência de tecnologias, aprimoramento e otimização do uso da infra-estrutura laboratorial.

(g) Conta corrente - Positivo Informática da Amazônia Ltda.

A Companhia mantém operação de conta corrente com a Positivo Informática da Amazônia Ltda., com finalidade de controlar a pluralidade de lançamentos, créditos e débitos, habituais existentes entre as partes oriundos de operações mercantis. Tais transações são recorrentes e com características de curto prazo.

(h) Venda

A Controladora realiza vendas de insumos para produção à suas controladas.

(i) Compra

A Controladora efetua compra de produtos acabados da controlada para posterior revenda a clientes.

(j) Rateio de despesas

Rateio de despesas administrativas e serviços compartilhados com a Sociedade Educacional Positivo Ltda., Gráfica e Editora Posigraf S.A. e Editora Positivo Ltda. Despesas estas relativas ao uso compartilhado do departamento de compras de materiais de expediente, departamento pessoal e departamento de informática, além de reembolso de aluguel, energia, água e telefone da sede onde funciona a área de Tecnologia Educacional. O valor do rateio é apurado pelo custo efetivo, rateado em função da utilização dos recursos disponíveis.

(k) Conta corrente - Positivo Informática da Bahia Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia mantém operação de conta corrente com a Positivo Informática da Bahia Ltda., com finalidade de controlar a pluralidade de lançamentos, créditos e débitos, habituais existentes entre as partes oriundos de operações mercantis. Tais transações são recorrentes e com características de curto prazo.

(l) Dividendos a receber – Informática Fueguina S.A.

Em 09 de agosto de 2013 a investida propôs dividendos no montante total de R\$ 12.318. Até o período findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia recebeu R\$ 8.096, restando um saldo a receber de R\$ 4.222.

(m) Remuneração da administração

O montante reconhecido no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, como remuneração dos administradores, foi de R\$ 9.730 (em 2013 - R\$ 7.030), referente a benefícios de curto prazo. A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 29 de abril de 2014 aprovou para o exercício de 2014, a remuneração dos administradores até o máximo de R\$ 11.500 (2013 - R\$ 11.500).

10 Investimentos

			Contro	ladora	
	_	Saldo em 31/12/2012	Resultado de equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Saldo em 31/12/2013
<u>Investimentos</u>					
Positivo Informática da Amazônia Ltda. Portal Mundo Positivo Ltda.	(a)	52.683 1	10.105 		62.788 298
		52.684	10.402		63.086
Provisão para passivo a descoberto					
Positivo Informática da Bahia Ltda.	(b)	(4.266)	(315)	-	(4.581)
Crounal S.A.	(c)	(1.248) (5.514)	(423) (738)	(231) (231)	(1.902) (6.483)
	_	Saldo em	Contro Resultado de equivalência	ladora Ajuste de avaliação	Saldo em
	_	31/12/2013	patrimonial	patrimonial	31/12/2014
<u>Investimentos</u>					
Positivo Informática da Amazônia Ltda.	(a)	62.788	(19.310)	-	43.478
Portal Mundo Positivo Ltda.	-	298 63.086	(18.992)		44.094
	=	03.080	(18.992)	 -	44.094
Provisão para passivo a descoberto					
Positivo Informática da Bahia Ltda.	(b)	(4.581)	180	-	(4.401)
Crounal S.A.	(c) _	(1.902) (6.483)	(203) (23)	(288) (288)	(2.393) (6.794)

Participação em controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Participação %		
	2014	2013	
Controladas Diretas			
Positivo Informática da Amazônia Ltda.	100,00	100,00	
Positivo Informática da Bahia Ltda.	100,00	100,00	
Portal Mundo Positivo Ltda.	90,00	90,00	
Crounal S.A.	100,00	100,00	
Controladas Indiretas			
Investida da Positivo			
Informática da Bahia Ltda.			
Boreo Comércio de Equipamentos Ltda.	100,00	100,00	
Investida da Positivo			
Informática da Amazônia Ltda.			
Portal Mundo Positivo Ltda.	10,00	10,00	

A participação da Companhia nos ativos, passivos, patrimônios líquidos e resultados nas controladas diretas e indiretas, todas de capital fechado, são conforme segue:

	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo)
31 de dezembro de 2014					
Positivo Informática da Amazônia Ltda.	165.753	122.274	43.479	242.144	(19.310)
Positivo Informática da Bahia Ltda.	14.217	18.618	(4.401)	603	180
Portal Mundo Positivo Ltda.	686	2	684	387	353
Crounal S.A.	26.552	28.945	(2.393)	61.275	(203)
Boreo Comércio de Equipamentos Ltda.	403	6.381	(5.978)	-	(3.196)
31 de dezembro de 2013					
Positivo Informática da Amazônia Ltda.	125.616	62.827	62.789	220.890	10.105
Positivo Informática da Bahia Ltda.	18.078	22.659	(4.580)	-	(315)
Portal Mundo Positivo Ltda.	379	49	330	365	329
Crounal S.A.	29.177	31.079	(1.902)	69.117	(423)
Boreo Comércio de Equipamentos Ltda.	406	6.381	(5.975)	-	(16)

(a) Positivo Informática da Amazônia Ltda.

A Companhia constituiu em 06 de dezembro de 2007 a controlada direta, Positivo Informática da Amazônia Ltda., cuja operação foi iniciada em outubro de 2008, com objeto social igual ao da controladora. Todo processo decisório é centralizado e os serviços financeiros, administrativos, contábeis e de controle são realizados pela Controladora. O capital social da Positivo Informática da Amazônia Ltda. é de R\$ 8.100.

(b) Positivo Informática da Bahia Ltda.

Em 08 de abril de 2008, a Companhia constituiu a controlada direta Positivo Informática da Bahia Ltda., que iniciou suas atividades em 2009. Naquele exercício, esta controlada direta realizou a aquisição da Boreo Comércio de Equipamentos Ltda. O capital social da Positivo Informática da Bahia Ltda. é de R\$ 10.

(c) Crounal S.A.

Em fevereiro de 2011, a Companhia adquiriu a controlada direta Crounal S.A., cuja sede é em Montevideo – Uruguai e o capital social é de R\$ 1. O objeto social desta controlada é o mesmo da controladora.

(d) Portal Mundo Positivo Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 09 de abril de 2012, a Companhia, em sociedade com sua controlada Positivo Informática da Amazônia Ltda., adquiriu a empresa Portal Mundo Positivo Ltda., cujo capital social é de R\$ 1. Não houve pagamento de ágio na aquisição.

11 Investimento em empreendimento em conjunto ("Joint Venture")

Resultation to controlate encontrolate enc				Controlado	ra		
Saldo em							
Empreendimento controlado em conjunto 1							
Informática Fueguina S.A. 39.964	Emmandimento controlado em conjunto	31/12/2012	Capital Social	patrimonial	patrimonial	propostos	31/12/2013
Resultado de galvas en la controlado em conjunto Saldo em 31/12/2013 Capital Social	Empreendimento controlado em conjunto						
	Informática Fueguina S.A.	39.964		20.776	(5.765)	(12.318)	42.657
Saldo em 31/12/2013		39.964		20.776	(5.765)	(12.318)	
Saldo em 31/12/2013							
Saldo em 31/12/2013							
Saldo em 31/12/2013 Capital Social patrimonial patrimonial proposto 31/12/2013 Capital Social patrimonial proposto 31/12/2014 Capital Social patrimonial patrimonial proposto 31/12/2014 Capital Social patrimonial patrimo							
Marcina Marc							
Provisio para passivo a descoberto			Canital Social				
Resultation	Empreendimento controlado em conjunto	31/12/2013	Capital Social	patrimomai	patrinioniai	propostos	31/12/2014
Provisão para passivo a descoberto Saldo em 31/12/2013 Capital Social Provisão para passivo a descoberto Provisã							
Saldo em 3/1s/2so 3 Capital Social	Informática Fueguina S.A.						
Resultado de soltware SA. Saldo em 31/12/2013 Capital Social Capit		42.657		22.332	(180)	(5.929)	58.880
Resultado de soltware SA. Saldo em 31/12/2013 Capital Social Capit							
Resultado de soltware SA. Saldo em 31/12/2013 Capital Social Capit							
Saldo en 31/12/03							
Novisão para passivo a descoberto Saldo em 31/12/2013 Saldo		Saldo em				Dividendos	Saldo em
Real Regulina S.A. 1			Capital Social				
Consolidado em conjunto Saldo em 31/12/2013 Saldo em 31/12/2013 Capital Social Provisão para passivo a descoberto Consolidado em Confuncia Capital Social Capita	Provisão para passivo a descoberto						
Consolidado em conjunto Saldo em 31/12/2013 Saldo em 31/12/2013 Capital Social Provisão para passivo a descoberto Consolidado em Confuncia Capital Social Capita	PP Draid December with a coffware CA		0.5	(066)			(0.41)
Provisão para passivo a descoberto Proposito sal/12/2013 Proposito sal/12/2014 Proposito sal/12/2013 Proposito sal/12/2014 Proposito sal/12/2013 Proposito sal/12/2014 Proposito sal/12/2014 Proposito sal/12/2014 Proposito sal/12/2013 Proposito sal/12/2014	BR.Droid Desenvolvimento de Software S.A.				 -	 -	
Saldo em 31/12/2012 Saldo em 231/12/2013 Provisão para passivo a descoberto Saldo em 31/12/2013 Provisão para passivo a descoberto Proposito saldo em 21/12/2013 Provisão para passivo a descoberto Proposito saldo em 21/12/2013 Provisão para passivo a descoberto Proposito saldo em 21/12/2013 Provisão para passivo a descoberto Proposito saldo em 21/12/2013 Proposito saldo em 21/12/2013 Provisão para passivo a descoberto Proposito saldo em 21/12/2013 Proposit							
Saldo em 31/12/2012 Saldo em 231/12/2013 Provisão para passivo a descoberto Saldo em 31/12/2013 Provisão para passivo a descoberto Proposito saldo em 21/12/2013 Provisão para passivo a descoberto Proposito saldo em 21/12/2013 Provisão para passivo a descoberto Proposito saldo em 21/12/2013 Provisão para passivo a descoberto Proposito saldo em 21/12/2013 Proposito saldo em 21/12/2013 Provisão para passivo a descoberto Proposito saldo em 21/12/2013 Proposit							
Saldo em 31/12/2012 Capital Social equivalência patrimonial avaliação patrimonial propostos 31/12/2013 31/12/2							
Saldo em							
Informática Fueguina S.A. 39.964 - 20.776 (5.765) (12.318) 42.657 39.964 - 20.776 (5.765) (12.318) 42.657 39.964 - 20.776 (5.765) (12.318) 42.657 39.964 - 20.776 (5.765) (12.318) 42.657			0				
Informática Fueguina S.A. 39.964 - 20.776 (5.765) (12.318) 42.657 (12.31	Empresandimento controlado em conjunto	31/12/2012	Capital Social	patrimoniai	patrimoniai	propostos	31/12/2013
Saldo em 31/12/2013 Capital Social Resultado de equivalência patrimonial Provisão para passivo a descoberto Saldo em 31/12/2013 Capital Social Ca	Empreenamento controlado em conjunto						
Saldo em	Informática Fueguina S.A.	39.964	-	20.776	(5.765)	(12.318)	42.657
Saldo em 31/12/2013 Capital Social Partimonial Provisão para passivo a descoberto Saldo em 31/12/2013 Capital Social Resultado de equivalência patrimonial Provisão para passivo a descoberto Saldo em 31/12/2014 Provisão para passivo a descoberto Saldo em 31/12/2013 Capital Social Resultado de equivalência patrimonial Provisão para passivo a descoberto Saldo em 31/12/2013 Capital Social Provisão para passivo a descoberto Saldo em 31/12/2013 Capital Social Saldo em 25 (266) (241) Capital Social C	-		-	20.776			
Saldo em 31/12/2013 Capital Social Partimonial Provisão para passivo a descoberto Saldo em 31/12/2013 Capital Social Resultado de equivalência patrimonial Provisão para passivo a descoberto Saldo em 31/12/2014 Provisão para passivo a descoberto Saldo em 31/12/2013 Capital Social Resultado de equivalência patrimonial Provisão para passivo a descoberto Saldo em 31/12/2013 Capital Social Provisão para passivo a descoberto Saldo em 31/12/2013 Capital Social Saldo em 25 (266) (241) Capital Social C							<u></u>
Saldo em 31/12/2013 Capital Social Patrimonial Propostos Page							
Saldo em		0.11				D: :1 1	6.11
Empreendimento controlado em conjunto Final Desenvolvimento de Software S.A. 42.657 22.332 (180) (5.929) 58.880 3 22.332 (180) (5.929) 58.883 (180)			Capital Social				
Informática Fueguina S.A. 42.657 22.332 (180) (5.929) 58.880	Empreendimento controlado em conjunto	31/12/2013	Capital Social	patrimoniai	patrimoniai	propostos	31/12/2014
PBG Rwanda Limited 3 2.332 (180) (5.929) 58.883 Consolidador Consolidador Ajuste de equivalência patrimonial Ajuste de avaliação patrimonial Dividendos propostos Saldo em ayaliação patrimonial Dividendos propostos 3 Provisão para passivo a descoberto Capital Social Provisão para passivo a descoberto Dividendos propostos 31/12/2014 BR. Droid Desenvolvimento de Software S.A. - 25 (266) - - (241)							
	Informática Fueguina S.A.	42.657	-	22.332	(180)	(5.929)	58.880
Saldo em 31/12/2013 Capital Social patrimonial patrimonial propostos 31/12/2014 Provisão para passivo a descoberto BR.Droid Desenvolvimento de Software S.A 25 (266) (241)	PBG Rwanda Limited		3				3
Saldo em 31/12/2013 Capital Social patrimonial patrimo		42.657	3	22.332	(180)	(5.929)	58.883
Saldo em 31/12/2013 Capital Social patrimonial patrimo							
Saldo em 31/12/2013 Capital Social patrimonial patrimo							
Saldo em 31/12/2013 Capital Social patrimonial patrimo				Consolidad	0		
Saldo em 31/12/2013 Capital Social patrimonial patrimo							
Provisão para passivo a descoberto BR.Droid Desenvolvimento de Software S.A. 25 (266) (241)		Saldo em			•	Dividendos	Saldo em
Provisão para passivo a descoberto BR.Droid Desenvolvimento de Software S.A. - 25 (266) - - (241)			Capital Social				
BR.Droid Desenvolvimento de Software S.A <u>25</u> (266) (241)	Provisão para passivo a descoherto	31/12/2013	Capital Social	patrimonial	patrimonial	propostos	31/12/2014
	11011940 para passivo a uescoperto						
	RR Droid Desenvolvimento de Software S A		0.5	(066)			(0.41)
$\frac{1}{20}$ $\frac{200}{100}$ $\frac{1}{100}$ $\frac{1}{100}$	DR.DIOIG DESCRIVOR INICIRO GE SORWARE S.A.						
			25	(200)			(241)

Participação em Controladas em conjunto ("Joint Venture)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Participação %		
_	2014	2013	
Empreendimento controlado em conjunto			
Informática Fueguina S.A.	50,00	50,00	
BR.Droid Desenvolvimento de Software S.A.	50,10	-	
Investida da Positivo			
Informática da Bahia Ltda.			
PBG Rwanda Limited	50,00	-	

(a) Informática Fueguina S.A.

Em 03 de dezembro de 2010, a Companhia constituiu uma *Joint Venture* com a empresa argentina BGH *Sociedad Anónima* ("BGH"), a qual tem por objeto a fabricação e a comercialização de produtos de informática (*desktops*, *notebooks*, *all-in-ones*, *e-books e tablets*) na Argentina e no Uruguai.

Para a constituição da *Joint Venture*, a Companhia adquiriu 50% (cinqüenta por cento) do capital social da sociedade argentina Informática Fueguina S.A., que era de titularidade direta e indireta da BGH. O valor pago na aquisição foi de R\$ 21 sem pagamento de ágio.

(b) BR.Droid Desenvolvimento de Software S.A.

Em 23 de Maio de 2014, a Companhia, adquiriu integralmente a empresa BR.Droid Desenvolvimento de Software S.A., cujo capital social é de R\$ 50, e que tem como objetivo social o desenvolvimento de softwares, a prestação de serviços de manutenção e atualização e softwares, licenciamento e cessão de direitos de uso de software. Não houve pagamento de ágio na aquisição. Em Outubro de 2014 foi assinado acordo de acionistas com o controle compartilhado, passando assim, o investimento de controlada para investimento em empreendimento em conjunto ("Joint Venture").

(c) PBG Rwanda Limited

Em 10 de Outubro de 2014, a Companhia constituiu em parceria com o Grupo BGH a controlada em conjunto PBG Rwanda Limited.. A controlada em conjunto celebrou, em 15 de Novembro de 2014, contrato com o governo de Ruanda para produção e venda de dispositivos educacionais sob a marca Positivo BGH no mercado local, o qual contempla a construção de uma fábrica com área total de 7.500 m² em Kigali, capital de Ruanda, com capacidade produtiva nominal mensal de 60 mil PCs e tablets. O acordo com o governo local prevê a contratação de um volume mínimo de 750 mil equipamentos, com cronograma de entrega distribuído ao longo de cinco anos.

A participação da Companhia no ativo, passivo, patrimônio líquido e resultado nos empreendimentos controlados em conjunto são conforme segue:

	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo)
31 de dezembro de 2014					
Informática Fueguina S.A.	147.129	94.014	53.115	234.933	22.332
BR.Droid Desenvolvimento de Software S.A.	216	696	(480)	565	(530)
PBG Rwanda Limited	4.620	4.617	3	-	-
31 de dezembro de 2013					
Informática Fueguina S.A.	120.232	77.575	42.657	231.147	20.775

12 Imobilizado

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora							
	31/12/2012	Adições	31/12/2013	Adições	Transferências	31/12/2014		
Custo								
Máquinas e equipamentos	52.756	595	53.351	4.350	430	58.131		
Benfeitorias s/ imóvel locado	17.359	739	18.098	312	-	18.410		
Hardware	32.346	2.314	34.660	831	-	35.491		
Móveis e utensílios	6.250	242	6.492	52	-	6.544		
Instalações industriais	6.158	299	6.457	517	-	6.974		
Edificações	2.000	-	2.000	-	-	2.000		
Outros imobilizados	767	763	1.530		(430)	1.100		
	117.636	4.952	122.588	6.062	-	128.650		
Depreciação						<u>.</u>		
Máquinas e equipamentos	(15.781)	(7.223)	(23.004)	(6.431)	-	(29.435)		
Benfeitorias s/ imóvel locado	(4.663)	(2.137)	(6.800)	(1.704)	-	(8.504)		
Hardware	(17.835)	(7.209)	(25.044)	(7.760)	-	(32.804)		
Móveis e utensílios	(3.097)	(664)	(3.761)	(634)	-	(4.395)		
Instalações industriais	(1.932)	(1.192)	(3.124)	(815)	-	(3.939)		
Edificações	(387)	(80)	(467)	(80)	-	(547)		
Outros imobilizados	(5)	(7)	(12)	(18)	-	(30)		
	(43.700)	(18.512)	(62.212)	(17.442)		(79.654)		
Valor líquido	73.936	(13.560)	60.376	(11.380)		48.996		

		Consolidado						
	31/12/2012	Adições	31/12/2013	Adições	Transferências	31/12/2014		
Custo								
Máquinas e equipamentos	53.459	609	54.068	4.380	430	58.878		
Benfeitorias s/ imóvel locado	17.966	751	18.717	838	-	19.555		
Hardware	32.789	2.336	35.125	917	-	36.042		
Móveis e utensílios	6.385	311	6.696	59	-	6.755		
Instalações industriais	6.384	450	6.834	517	-	7.351		
Edificações	2.000	-	2.000	-	-	2.000		
Outros imobilizados	766	770	1.536		(430)	1.106		
	119.749	5.227	124.976	6.711	-	131.687		
Depreciação				<u>.</u>				
Máquinas e equipamentos	(16.066)	(7.295)	(23.361)	(6.507)	-	(29.868)		
Benfeitorias s/ imóvel locado	(4.805)	(2.199)	(7.004)	(1.798)	-	(8.802)		
Hardware	(18.153)	(7.289)	(25.442)	(7.804)	-	(33.246)		
Móveis e utensílios	(3.146)	(698)	(3.844)	(672)	-	(4.516)		
Instalações industriais	(2.024)	(1.229)	(3.253)	(868)	-	(4.121)		
Edificações	(387)	(80)	(467)	(80)	-	(547)		
Outros imobilizados	(4)	(8)	(12)	(19)		(31)		
	(44.585)	(18.798)	(63.383)	(17.748)		(81.131)		
Valor líquido	75.164	(13.571)	61.593	(11.037)		50.556		

Nos exercícios de 2014 e de 2013 a Companhia não possui bens do ativo imobilizado dados em garantia de empréstimos e financiamentos.

13 Intangível

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora							
	31/12/2012	Adições	31/12/2013	Adições	31/12/2014			
Custo		_		.				
Projetos de desenvolvimento	105.740	18.275	124.015	14.290	138.305			
Projetos sistema - ERP	44.899	864	45.763	224	45.987			
Software	12.402	2.212	14.614	1.627	16.241			
Licenças de uso	6.026	-	6.026	-	6.026			
	169.067	21.351	190.418	16.141	206.559			
Amortização								
Projetos de desenvolvimento	(48.828)	(22.249)	(71.077)	(24.360)	(95.437)			
Projetos sistema - ERP	(26.482)	(8.790)	(35.272)	(8.907)	(44.179)			
Software	(8.466)	(3.004)	(11.470)	(1.917)	(13.387)			
Licenças de uso	(4.876)	(1.041)	(5.917)	(109)	(6.026)			
	(88.652)	(35.084)	(123.736)	(35.293)	(159.029)			
Valor líquido	80.415	(13.733)	66.682	(19.152)	47.530			

	Consolidado							
	31/12/2012	Adições	31/12/2013	Adições	31/12/2014			
Custo								
Projetos de desenvolvimento	106.690	18.720	125.410	14.733	140.143			
Projetos sistema - ERP	44.541	864	45.405	224	45.629			
Software	12.444	2.212	14.656	1.641	16.297			
Licenças de uso	6.026	-	6.026	-	6.026			
Outros	9.046	1.943	10.989	-	10.989			
Ágio em controlada	14.173	-	14.173	<u> </u>	14.173			
	192.920	23.739	216.659	16.598	233.257			
Amortização								
Projetos de desenvolvimento	(49.186)	(22.786)	(71.972)	(26.785)	(98.757)			
Projetos sistema - ERP	(26.124)	(8.790)	(34.914)	(8.907)	(43.821)			
Software	(8.508)	(3.006)	(11.515)	(1.920)	(13.435)			
Licenças de uso	(4.876)	(1.042)	(5.917)	(109)	(6.026)			
Outros	(1.827)	(1.255)	(3.082)	-	(3.082)			
	(90.521)	(36.879)	(127.400)	(37.721)	(165.121)			
Valor líquido	102.399	(13.140)	89.259	(21.123)	68.136			

(a) Gastos com desenvolvimento de projetos

A Companhia se beneficia dos incentivos fiscais concedidos para os segmentos de informática e automação previstas na Lei nº 8.248/1991, conhecida como Lei da Informática, regulamentada pelo Decreto nº 792, de 23 de outubro de 1991. A referida Lei foi alterada pela Lei 10.176, de 11 de janeiro de 2001, regulamentada pelo Decreto 3.800, de 20 de abril de 2001, a qual no ano de 2004 foi novamente alterada pela Lei nº 11.077 de 30 de dezembro de 2004, regulamentado pelo Decreto 5.906/2006 de 26 de setembro de 2006.

Para fazer jus ao benefício, as empresas de desenvolvimento ou produção de bens e serviços de informática devem investir, anualmente, em atividades de desenvolvimento em tecnologia da informação a serem realizadas no país, percentual mínimo do seu faturamento. O cálculo do percentual mínimo a ser investido tem como base 5% do faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização de bens e serviços de informática incentivados na forma da Lei, sendo que, do faturamento bruto são deduzidos as revendas de mercadorias, os tributos correspondentes, bem como o valor das aquisições de produtos incentivados na forma da lei. Os percentuais para investimento têm sua base reduzida em 20% até 2029.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A obrigação de investimentos projetada para o exercício de 2014 é de R\$ 50.013. De janeiro a dezembro de 2014 foram investidos R\$ 45.694 e a totalidade da obrigação, se necessário, pode ser cumprida até o primeiro trimestre de 2015. Os dispêndios são aplicados no aperfeiçoamento dos produtos existentes e no desenvolvimento de novos produtos, compreendem essencialmente: mão-de-obra direta e indireta, encargos, softwares, serviços de consultoria, materiais, infraestrutura, viagens, e outros correlatos. A amortização do investimento foi fixada, substancialmente, em 3 anos com base no histórico de recuperabilidade dos projetos.

A amortização destes projetos foi contabilizada na conta de custo dos produtos vendidos.

(b) Ágio

Em dezembro de 2009, a controlada Positivo Informática da Bahia Ltda. formalizou a aquisição da empresa Boreo Comércio de Equipamentos Ltda., gerando um ágio de R\$ 14.173, registrado na adquirente e fundamentado na expectativa de geração de rentabilidade futura.

O valor recuperável do ágio é determinado com base no cálculo do valor em uso utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro de cinco anos aprovados pela Administração e a taxa de desconto de 8,66% ao ano.

14 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Fornecedores - mercado externo	181.217	286.153	239.492	318.599
Fornecedores - mercado interno	51.966	43.589	62.686	45.584
Direitos autorais e licenças de uso a pagar	11.362	34.114	11.362	35.158
Juros a apropriar AVP Fornecedores	(1.999)	(1.637)	(2.517)	(1.850)
	242.546	362.219	311.023	397.491

Os Direitos autorais e licenças de uso a pagar, representam obrigação pela aquisição de uso de direito de *softwares* da *Microsoft Corporation*. Tais direitos estão formalizados através de *license agreement* celebrados entre as partes e são renovados periodicamente. O prazo médio de pagamento para fornecedores é de 60 dias. O ajuste a valor presente das contas a pagar aos fornecedores é calculado para demonstrar a obrigação do fluxo de caixa futuro descontado a valor presente. A Companhia considera o prazo de pagamento de cada transação a prazo, e calcula o desconto desta transação utilizando a taxa do CDI como referência.

15 Empréstimos

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Taxa média	Taxa swap			Controladora		Consolidado		
		contratual	média em %	Vencimento	Garantias	31 de dezembro	31 de dezembro	31 de dezembro	31 de dezembro	
	_	(a.a.)	CDI			de 2014	de 2013	de 2014	de 2013	
Ao custo amortizado										
Passivo Circulante										
Capital de Giro		2,31% + VC	110,30%	11/03/2015	Nota promissória	23.313	-	23.313	-	
Capital de Giro		2,57% + VC	118,50%	14/05/2015	Nota promissória	11.270	-	11.270	-	
Capital de Giro		2,78% + VC	118,95%	21/05/2015	Nota promissória	18.052	-	18.052	-	
Capital de Giro		2,37% + VC	105,78%	03/12/2015	Nota promissória	17.971	-	17.971	-	
Capital de Giro		2,76% + VC	107,85%	08/12/2015	Nota promissória	50.731	-	50.731	-	
Capital de Giro		2,38% + VC	107,85%	11/12/2015	Nota promissória	18.236	-	18.236		
Capital de Giro		1,67% + VC	102,55%	08/01/2014	Nota promissória	-	22.985	-	22.985	
Capital de Giro		1,50% + VC	105,90%	De 12/02/14 a 28/02/14	Nota promissória	-	35.022	-	35.022	
Capital de Giro		1,50% + VC	102,68%	De 10/03/14 a 12/03/14	Nota promissória	-	25.276	-	25.276	
Capital de Giro		1,61% + VC	103,00%	De 15/04/14 a 29/04/14	Nota promissória	-	40.989	-	40.989	
Capital de Giro		1,67% + VC	107,00%	De 06/05/14 a 30/05/14	Nota promissória	-	72.550	-	72.550	
Capital de Giro		1,61% + VC	108,50%	03/06/2014	Nota promissória	-	15.860	-	15.860	
Capital de Giro		2,71% + VC	107,80%	04/09/2014	Nota promissória	-	33.240	-	33.240	
Capital de Giro		2,60% + VC	112,70%	De 20/10/14 a 29/10/14	Nota promissória	-	48.053	-	48.053	
Capital de Giro		2,62% + VC	113,60%	06/11/2014	Nota promissória	-	6.862	-	6.862	
Capital de Giro		2,66% + VC	112,00%	De 03/12/14 a 13/12/14	Nota promissória	-	33.405	-	33.405	
Capital de Giro		2,44%	N/A	17/01/2014	Nota promissória	-	-	-	8.964	
Capital de Giro		2,77%	N/A	14/04/2014	Nota promissória	-	-	-	3.519	
Capital de Giro		2,95%	N/A	31/03/2015	Nota promissória	-	-	23.515	-	
Capital de Giro		0,98%	N/A	31/03/2015	First loss 10%	1.287	-	1.287	-	
Capital de Giro		1,12%+CDI	N/A	De 18/06 a 29/12/17	Nota promissória	7.867		7.867		
Debêntures - juros	(c)	2% + CDI	N/A	27/02/2015	Nota promissória	8.141		8.141		
BNDES - FINAME		4,00%	N/A	15/06/2017	-	3.573	683	3.897	-	
BNDES	(b)	4,82%	N/A	Até 15/04/2019	Carta Fiança	65.301	37.778	65.301	38.461	
Arrendamento mercantil financeiro	(a)	CDI+3,80%	N/A	36 meses		350	1.592	350	1.592	
mancero	(a)	CD1+3,00%	N/A	30 meses		226.092	374-295	249.931	386.778	
Passivo não circulante							07.1.50	13.30	3 , , .	
Debêntures	(c)	2% + CDI	N/A	11/04/2016	Nota promissória	100.340		100.340		
BNDES	(b)	5,43%	N/A	Até 15/04/2019	Carta fiança	138.972	162.726	138.972	162.726	
Capital de Giro		1,12%+CDI	N/A	De 18/06 a 29/12/17	-	20.105	4.728	20.105	4.728	
BNDES - FINAME		4,00%	N/A	15/06/2017	-	9.246		9.801		
						268.663	167.454	269.218	167.454	
Total de empréstimos e	finan	ciamentos				494.755	541-749	519.149	554-232	
						171700	31.712			

Os valores contábeis de empréstimos e financiamentos da Companhia se aproximam com seus valores justos, exceto linhas captadas junto ao BNDES que apresentam condições diferenciadas com relação a prazos e custos.

(a) Arrendamento mercantil financeiro

Proveniente de arrendamento mercantil financeiro de equipamentos e serviços conexos para utilização no projeto ERP. Os equipamentos foram registrados no ativo imobilizado da Companhia ao seu valor justo e estão sendo depreciados pelo seu uso. O contrato prevê a opção ao final do contrato de compra dos equipamentos por valor simbólico.

(b) BNDES

No exercício de 2010, a Companhia firmou contrato para obtenção de linhas especiais de financiamento junto ao BNDES, no montante de até R\$ 147.000, os quais foram captados integralmente e direcionados para atividades inovadoras. O valor contábil em 31 de dezembro de 2014 para esta linha de financiamento é de R\$ 42.971 e seu valor justo é de R\$ 41.499.

Durante o exercício de 2013, a Companhia aprovou a contratação de nova linha de empréstimo junto ao BNDES, no montante de até R\$ 173.093 com prazo de amortização total de 6 anos. Os recursos serão destinados majoritariamente ao plano de inovação da Companhia, com foco em atividades de pesquisa e desenvolvimento, novos produtos, convergência digital e *smartphones*. Adicionalmente, uma parte dos recursos apoiará a modernização da infraestrutura industrial e de TI da Companhia. Os recursos serão captados em tranches, de acordo com a evolução dos projetos e respectivas comprovações junto ao BNDES e possuem carência durante os primeiros 24 meses. Em 2014 foram liberados R\$ 53.239 (em 2013 R\$ 119.850), cujo valor contábil em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 160.486 e seu valor justo monta R\$ 140.361.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Debêntures

O Conselho de Administração da Positivo Informática aprovou, no dia 24 de abril de 2014, a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações. Foram emitidas 100 (cem) debêntures, com Valor Nominal Unitário de R\$ 1.000.000 (um milhão de reais), totalizando, na data de emissão, o Valor Total da Emissão de R\$ 100.000.000 (cem milhões de reais). A emissão é de série Única, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, com vencimento em 11 de abril de 2016. Os recursos líquidos captados em 20/05/2014 foram destinados ao pagamento de dívidas de curto prazo e ao reforço de capital giro da Companhia.

O valor nominal e correspondentes encargos financeiros das Debêntures, classificados no Passivo Não Circulante da Companhia, estão a seguir demonstrados:

	Controlador	Controladora		0
	2014	2013	2014	2013
	100.000	-	100.000	-
Valor nominal	8.481	<u> </u>	8.481	
Encargos financeiros transcorridos	108.481		108.481	-

Os valores demonstrados acima, aproximam-se do seu valor justo, por isso nenhum ajuste foi necessário.

Os seguintes *covenants* estão definidos para a emissora observar trimestralmente, tendo como base as demonstrações financeiras consolidadas:

(i) Relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA dos últimos 12 meses, que não poderá ser superior:

	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
2014	4,5	4,5	4,25	4,0
2015	3,75	3,75	3,75	3,75
2016	3,75	3,75		

Em 31 de dezembro de 2014 este índice financeiro é 2,57.

(ii) Relação entre a Dívida Líquida (excluindo-se financiamentos contraídos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES) e o EBITDA dos últimos 12 meses, não poderá ser superior:

	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
2014	2,5	2,5	2,5	2,5
2015	3,0	3,0	3,0	3,0
2016	3,0	3,0		

Em 31 de dezembro de 2014 este índice financeiro é 0,68.

(iii) Relação entre o EBITDA dos últimos 12 meses e a Despesa Financeira Líquida (Resultado financeiros líquido excluindo-se a Variação cambial líquida) no mesmo período, não poderá ser inferior:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
2014	2,0	2,0	2,0	2,0
2015	2,0	2,25	2,25	2,5
2016	2,5	2,5		_

Em 31 de dezembro de 2014 este índice financeiro é 2,35.

(iv) Relação entre a Dívida Líquida e o Patrimônio Líquido dos últimos 12 meses não poderá ser superior:

	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
2014	1,0	1,0	1,0	1,0
2015	1,0	1,0	1,0	1,0
2016	1,0	1,0		

Em 31 de dezembro de 2014 este índice financeiro é 0,45.

Os vencimentos de empréstimos de longo prazo são como seguem:

Controladora	
Consolidado	

Ano	R\$ (mil)
2016	100.340
2017	29.351
2018	-
2019	138.972
Total	268.663

16 Provisões de curto e longo prazo

	Controladora		Consolidado	
<u></u>	2014	2013	2014	2013
(a)	39.741	52.523	58.640	63.435
(c)	17.313	17.503	19.188	18.752
	3.583	5.768	3.408	6.222
(d)	1.648	4.442	2.466	4.632
(b)	8.288	907	9.070	10.003
	5.702	7.995	18.420	12.482
	76.275	89.138	111.192	115.526
(a)	18.575	17.829	19.725	18.978
	94.850	106.967	130.917	134.504
	(c) (d) (b)	(a) 39.741 (c) 17.313 3.583 (d) 1.648 (b) 8.288 5.702 76.275	(a) 39.741 52.523 (c) 17.313 17.503 3.583 5.768 (d) 1.648 4.442 (b) 8.288 907 5.702 7.995 76.275 89.138	(a) 39.741 52.523 58.640 (c) 17.313 17.503 19.188 3.583 5.768 3.408 (d) 1.648 4.442 2.466 (b) 8.288 907 9.070 5.702 7.995 18.420 76.275 89.138 111.192

(a) Provisão para garantias e assistência técnica

Com base no número de computadores em garantia e no prazo de cada garantia concedida sobre estas máquinas e, adicionalmente, em função do histórico recente de frequência de atendimentos por máquina e do custo médio por atendimento de assistência técnica, estimou-se o valor da provisão necessária para fazer frente à obrigação total assumida, em relação aos equipamentos em garantia nas respectivas datas base.

(b) Provisão para VPC - Verba de Propaganda Cooperada

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores provisionados como verba de propaganda cooperada são calculados com base em percentuais acordados entre as partes e se trata de verbas para inserções promocionais e exposição dos produtos da Companhia. Os percentuais dessa verba são negociados individualmente com cada cliente.

(c) Provisão para comissões

A provisão para comissões é calculada tomando-se por base o percentual individual de comissões registradas nos pedidos de vendas.

(d) Provisão para rebate

Os valores provisionados como *rebate* são calculados com base em percentuais históricos e demandas adicionais, negociados individualmente com cada cliente. São verbas destinadas para reposicionamento de preço, estimulando as vendas do varejo.

17 Tributos a recolher

	Controladora		Conso	Consolidado		
	2014	2013	2014	2013		
PIS E COFINS	6.772	11.659	8.938	12.090		
INSS	3.714	3.700	3.902	3.710		
IRRF E CSRF	1.514	3.418	1.583	3.450		
IPI	642	2.194	642	2.194		
ICMS	732	1.112	1.000	1.112		
Outros impostos e contribuições	5.713	1.005	5.763	1.390		
	19.087	23.088	21.829	23.946		

18 Receita diferida

Refere-se à parcela da Subvenção para Investimento cuja obrigação de investimento não foi plenamente atendida conforme mencionado na Nota 7. Como resultado da fruição dos benefícios fiscais de ICMS no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia registrou o montante no passivo, sob a rubrica de Receita Diferida. Este montante será apropriado ao resultado em função da amortização dos ativos relacionados e cumprimento de obrigações exigidas em contrapartida ao referido benefício fiscal, conforme previsto nas normas preconizadas no CPC 7 e divulgada na Nota 13.a.

	Controlado	ra	Consolidad	lo
	2014	2013	2014	2013
Receita diferida	16.785	23.097	15.085	23.375
	16.785	23.097	15.085	23.375

19 Imposto de renda e contribuição social

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativo e passivo, foram constituídos considerando as alíquotas vigentes em 31 de dezembro de 2014 e 2013 apresentando a seguinte composição:

Controladora		ora	Consolida	do
Ativo	2014	2013	2014	2013
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos				
Provisão para garantia	20.477	24.424	25.625	26.729
Estoques obsoletos	19.849	24.040	21.529	25.465
Contingências tributárias, trabalhistas e cíveis	15.265	14.591	15.265	14.591
Ajuste a valor presente	21.637	8.298	22.013	8.471
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	6.123	6.371	6.238	6.476
Provisão para comissões	5.821	5.951	6.475	6.376
Provisões obrigações trabalhistas	3.699	2.516	3.834	2.659
Rebate	560	1.510	838	1.575
Provisão para VPC	-	308	4.276	3.381
Outras diferenças temporárias	-	-	70	5
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	343.787	276.324	353.282	284.140
Diferido não contabilizado	(361.106)	(288.221)	(377.226)	(297.549)
	76.112	76.112	82.219	82.319
Passivo				
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos				
Projetos de desenvolvimento de produtos	(15.089)	(15.765)	(15.964)	(16.893)
Diferido não contabilizado	4.878	5.554	4.818	5.747
	(10.211)	(10.211)	(11.146)	(11.146)
- -	65.901	65.901	71.073	71.173

O registro do crédito tributário está suportado pelos planos de negócios da Companhia, os quais consideram a ampliação das atividades comerciais, decisão da Administração de distribuir dividendos, em níveis dos montantes distribuídos historicamente, utilizando parte da receita de subvenção para investimentos, e também na premissa de redução do efeito da subvenção para investimento nos resultados da Companhia, por expectativas de mudanças na legislação, o que irá gerar lucro tributável suficiente para compensar o referido crédito tributário diferido.

Estudos técnicos de viabilidade, apreciados e aprovados pelo Conselho de Administração, indicam a plena recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos como definido pela Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002 e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado que a mesma operação, cuja expectativa de realização dos créditos fiscais está representada a seguir:

Expectativa de realização	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Imposto de renda	8.153	8.593	8.234	7.330	6.453	5.788	5.323	2.398	52.272
Contribuição social	2.935	3.094	2.964	2.639	2.323	2.084	1.916	846	18.801
Total	11.088	11.687	11.198	9.969	8.776	7.872	7.239	3.244	71.073

Consolidado

Anualmente a Administração reavalia o resultado efetivo desses planos de negócios na geração de lucros tributáveis e, consequentemente, reavalia a expectativa de realização desses créditos tributários.

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e suas controladas e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

como único indicativo de resultados futuros da Companhia e suas controladas.

Os tributos diferidos passivos referem-se a: (i) diferimento de contas a receber de órgãos governamentais e, (ii) incentivo fiscal introduzido pela Lei nº 10.637/2002 e posteriormente alterado pela Lei nº11.196/2006, que possibilita a dedutibilidade dos gastos com projetos de Desenvolvimento por regime de caixa para fins de Imposto de Renda e Contribuição Social. Tal incentivo é direcionado ao ramo de negócio da Companhia e refere-se aos gastos com projetos de Desenvolvimentos de produtos registrados no ativo intangível. O valor dos impostos diferidos será revertido na medida em que os projetos forem amortizados.

(b) Receita (despesa) no resultado

Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro:

	Controlado	ra	Consolidado		
_	2014	2013	2014	2013	
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social Alíquota vigente combinado Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	23.271 34% (7.912)	15.590 34% (5.301)	23.305 34% (7.924)	15.644 34% (5.319)	
Exclusão subvenção para investimento Exclusão equivalência patrimonial Outras exclusões / (adições) permanentes Prejuízos fiscais e diferenças temporárias para os quais	86.471 (6.555)	91.945 10.248 -	97.253 (90)	99.767 10.248 -	
não foram constituídos impostos diferidos	(72.004)	(96.892)	(89.205)	(104.750)	
Receita (Despesa) contabilizada	<u> </u>		(34)	(54)	

(c) Regime Tributário de Transição (RTT)

No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Em 13 de maio de 2014 a Medida Provisória nº 627 foi convertida na Lei nº 12.973/14, confirmando a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com opção de antecipar seus efeitos para 2014.

A Companhia elaborou estudo dos possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e concluiu que não há impactos que resultariam em ajustes nas demonstrações financeiras optando por não adotar antecipadamente a referida Lei, dentro dos prazos previstos para a opção

20 Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia possui contingências que estão sendo discutidas judicialmente, que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis. A administração da Companhia acredita que a solução dessas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado, que corresponde aos valores das ações consideradas como "perdas prováveis".

Referem-se basicamente à:

	Controladora			Consolidado				
	Cível	Tributária	Trabalhista	Total	Cível	Tributária	Trabalhista	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	6.780	7.380	9.903	24.063	7.079	7.380	9.903	24.362
Provisões reconhecidas	8.665	6.761	9.256	24.682	8.666	6.761	9.256	24.683
Reduções por pagamentos	(2.492)	(2.474)	(864)	(5.830)	(2.492)	(2.474)	(864)	(5.830)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	12.953	11.667	18.295	42.915	13.253	11.667	18.295	43.215
Provisões reconhecidas	1.739	6.227	387	8.353	1.739	7.376	387	9.502
Reduções por pagamentos	(4.139)	(692)	(1.540)	(6.371)	(4.439)	(1.541)	(1.540)	(7.520)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	10.553	17.202	17.142	44.897	10.553	17.502	17.142	45.197

O montante registrado na Companhia no passivo circulante é de R\$ 8.297 (2013 - R\$ 10.313) e o registrado no passivo não circulante é de R\$ 36.600 (2013 - R\$ 32.602).

Perda possível

Os valores das contingências, consideradas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos da Companhia, para os quais nenhuma provisão foi constituída conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil são demonstradas conforme abaixo:

	Controladora Consolidado		
	2014	2013	
Tributárias			
ICMS(a)	63.238	56.830	
Outros (b)	189.272	178.862	
Trabalhista			
Empregados (c)	438	221	
Cíveis			
Órgão Público (d)	32.213	32.308	
Consumidor (e)	2.524	1.490	
	287.685	269.711	

Tributárias

(a) ICMS:

A Companhia apropria-se de crédito do ICMS sobre as operações com produtos remetidos por contribuintes localizados em áreas incentivadas para a unidade de Curitiba, nos termos dos artigos 22 e 23 do Regulamento do ICMS do Estado do Paraná, aprovado pelo decreto estadual nº 1.980/2007. Em conjunto com os seus assessores jurídicos, entende que existem fortes argumentos jurídicos que sustentam a apropriação do crédito de acordo com a legislação regente e jurisprudência em caso de eventual questionamento pela fiscalização.

(b) Tributárias - Outros:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) CIDE Auto de infração exigindo Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico CIDE sobre remessas de valores ao exterior a título de royalties sobre softwares, realizadas no ano de 2005.
- (ii) II e IPI Auto de infração exigindo diferenças de Imposto de Importação e Imposto sobre Produtos Industrializados, decorrente da reclassificação de NCM's das importações de microprocessadores realizadas pela Companhia nos últimos cinco anos. Tal reclassificação teve origem em alteração de critério de classificação fiscal pela Receita Federal.
- (iii) II e IPI Auto de infração exigindo diferenças de Imposto de Importação e Imposto sobre Produtos Industrializados, decorrente da reclassificação de NCM's das importações de telas de LCD realizadas pela filial da Companhia localizada em Ilhéus-BA, nos últimos três anos. Tal reclassificação teve origem em alteração de critério de classificação fiscal pela Receita Federal.

(c) Trabalhistas

Empregados: Processos judiciais em que são discutidas verbas e indenizações trabalhistas.

(d) Cíveis

(i) Órgãos públicos:

Tribunal de Contas da União - TCU: Processo de Tomada de Contas no qual o TCU analisa a regularidade ou não do reequilíbrio econômico financeiro concedido pela Companhia de Correios e Telégrafos - ECT ao Consórcio Alpha, formado pela Companhia e pela Novadata Sistemas e Computadores S.A.

Ministério Público de Araras-SP: Ação de Improbidade Administrativa movida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, onde se discute a legalidade de Ato Administrativo praticado pelo Prefeito Municipal de Araras-SP, relativo à aquisição de Lousas Educacionais Interativas, através de Pregão Presencial.

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCE-SP: Processo de Tomada de Contas no qual o TCE-SP analisa a regularidade ou não de contrato firmado em 03/2008 com o FDE - Fundação para o Desenvolvimento da Educação, em virtude de adesão (carona) à Ata da PRODAM - Cia de Processamento de Dados do Município de São Paulo.

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCE-SP: Procedimento administrativo que julgou irregular a inexigibilidade de licitação para realização do 2º contrato firmado com a Prefeitura Municipal de Paraguaçu Paulista/SP, com o escopo de adquirir mesas educacionais e demais softwares produzidos pela Companhia.

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCE/SP: Procedimento administrativo em relação à licitação para aquisição de servidores e microcomputadores entre Positivo Informática S.A. e PRODESP - Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo pela Ata de Registro de Preços n^o 001/2009 .

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCE/SP: Procedimento administrativo em relação à adesão do Município de São Bernardo do Campo ao PROUCA para a aquisição de laptops educacionais da Positivo Informática S.A. para o atendimento das redes públicas de ensino nos Estados, DF e municípios.

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCE/SP: Procedimento administrativo em relação à

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

contratação de computadores pela Fundação Casa — Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente - mediante adesão à ata da PRODAM.

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCE/SP: Procedimento administrativo em relação à contração de equipamentos portáteis denominados laptops educacionais pela Prefeitura Municipal de Cubatão/SP - mediante adesão ao Programa Um Computador por Aluno (PROUCA) do Ministério da Educação.

Ministério Público Federal – MPF: Ação de Improbidade Administrativa movida pelo Ministério Público Federal, no qual se requer a declaração de nulidade do 5º aditivo do contrato 13.346/2002 firmado entre Novadata e Positivo com os Correios e a devolução dos valores, pagos a título de reequilíbrio econômico financeiro.

(ii) Consumidor: São processos administrativos e judiciais relacionados a reclamações de consumidores sobre produtos e serviços fornecidos pela Companhia, pleiteando a substituição do produto ou a devolução dos valores pagos. No caso de processos administrativos, estes são instaurados por órgãos de defesa e proteção ao consumidor tendo por objeto a análise da existência de prática infrativa às relações de consumo, com a possibilidade de aplicação de multas nos termos do decreto 2181/97.

21 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 é de R\$ 389.000. O total de ações é de 87.800.000, sendo todas de classe ordinária, distribuídas como segue:

	(unidades)		
Acionistas	2014	2013	
Controladores e partes relacionadas	62.093.094	62.093.094	
Não controladores, partes relacionadas e diretores	32.225	32.225	
Ações em tesouraria	2.570.608	1.695.508	
Ações em circulação	23.104.073	23.979.173	
	87.800.000	87.800.000	

Quantidade de acões

Com base na Ata da Reunião de sócios, realizada em 17 de agosto de 2006, a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária e de decisão de Assembleia, mediante simples deliberação do Conselho de Administração, até o limite do capital autorizado da Companhia de 4.500.000 novas ações ordinárias, sem valor nominal definido.

Os controladores diretos da Companhia são conforme segue:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladores diretos	Quantidade de ações ordinárias (Em Unidades) 2014	2013
Hélio Bruck Rotenberg	12.418.619	12.418.619
Cixares Líbero Vargas	12.418.618	12.418.618
Isabela Cesar Formighieri Mocelin	4.139.540	4.139.540
Daniela Cesar Formighieri Rigolino	4.139.540	4.139.540
Sofia Guimarães Von Ridder	4.139.540	4.139.540
Samuel Ferrari Lago	4.139.540	4.139.540
Paulo Fernando Ferrari Lago	4.139.540	4.139.540
Rodrigo Cesar Formighieri	4.139.539	4.139.539
Lucas Raduy Guimarães	4.139.539	4.139.539
Giem Raduy Guimarães	4.139.539	4.139.539
Thais Susana Ferrari Lago	4.139.539	4.139.539
Oriovisto Guimarães	1	1
	62.093.094	62.093.094

(b) Reserva de Capital - Incentivos fiscais

Refere-se aos incentivos fiscais detidos pela Companhia, os quais eram contabilizados nesta rubrica até 31 de dezembro de 2007. Após Lei 11.638/07, estes benefícios passaram a ser contabilizados na rubrica de Reservas de lucros.

	Controladora Consolidado		
	2014	2013	
Reservas de Benefício das opções Stock Option	2.257	2.004	
Reservas de Subvenção para investimentos	118.132	118.305	
	120.389	120.309	

(c) Opção de compra concedida pelo plano de compra de ações para os empregados

Em 31 de dezembro de 2010, diretores e gerentes selecionados, bem como outros participantes designados pelo Conselho de Administração detinham 145.638 opções de compra de ações ordinárias da Companhia; 130.644 dessas opções expiraram em 31 de dezembro de 2011 e 14.994 expiraram em 31 de dezembro de 2012. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 não há opções em aberto destinados a diretores e gerentes selecionados, bem como outros participantes designados pelo Conselho de Administração.

Em 27 de novembro de 2014 foi aprovado em reunião do Conselho de Administração o terceiro Programa ("Programa 2014"). O programa totaliza até 1.756.000 opções divididas em dois lotes iguais.

Opções de compra concedidas no âmbito do plano de opções de compra de ações para os empregados não dão direito a voto nem a dividendos. Mais detalhes sobre o plano de opção de compra de ações para funcionários estão descritos na Nota 31 destas demonstrações financeiras.

(d) Reserva de lucros

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora Consolidado		
	2014	2013	
Reservas de Subvenção p/ Incentivos Fiscais	196.242	178.789	
Reserva legal	81	81	
	196.323	178.870	

(i) Reservas de subvenção para incentivos fiscais

Conforme mencionado na Nota 7, os valores registrados nesta conta referem-se ao incentivo fiscal de ICMS, em conformidade com o Decreto Estadual nº 5.375/2002 (vigência do Artigo 3º até 31 de julho de 2011), e pelo Decreto Estadual nº 1922/2011 em vigor a partir de 01 de agosto de 2011. Segundo a legislação do Imposto de Renda, a Reserva de Incentivos Fiscais constituída apenas pode ser utilizada para aumento de capital, não podendo ser distribuída como dividendos, por tratar-se de um benefício do Estado à Companhia para uma atividade específica.

(ii) Reserva legal

A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A reserva legal é constituída anualmente, desde que o saldo dessa reserva acrescido do montante de reservas de capital não exceda 30% do capital social, com destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não excederá a 20% do capital social.

(e) Dividendos

Conforme ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 25 de março de 2008, a Companhia poderá levantar balanços semestrais ou intermediários; deliberar a distribuição de dividendos a débito da conta de lucro apurado naqueles balanços; declarar dividendos intermediários a débito da conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes naqueles balanços ou no último balanço anual; poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados, sendo que os dividendos intercalares ou intermediários e os juros sobre o capital próprio deverão ser sempre imputados ao dividendo obrigatório.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 os dividendos foram assim calculados:

	Consolidado		
	2014	2013	
	23.271	15.590	
	-	-	
	23.271	15.590	
(a)	5.818	3.898	
	-	-	
	5.818	3.898	
(b)	5.818	3.898	
(b) - (a)	-		
	(b)	2014 23.271 23.271 (a) 5.818 - 5.818 (b) 5.818	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Apropriação do lucro/prejuízo

Do lucro líquido do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados. Sobre o lucro remanescente, será calculada a participação estatutária dos administradores, até o limite máximo legal, conforme previsto no artigo 152, § 1º da Lei nº 6.404/76, e a reserva legal de 5%, que não excederá 20% do capital social.

(g) Ações em tesouraria

A reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de novembro de 2013 aprovou o plano de recompra de ações da própria Companhia, limitado a 875.183 ações para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento e/ou alienação, sem redução de capital. O objetivo das operações autorizadas foi o de maximizar a geração de valor para os acionistas.

Para atender ao plano de opções para executivos, a Companhia possui um total de 2.570.608 ações em tesouraria, adquiridas através do programa de recompra, ao preço médio de R\$ 14,57. Considerando que as ações fossem vendidas ao preço de R\$ 2,14 em 31 de dezembro de 2014, o efeito no patrimônio seria de uma perda de R\$ 31.966 (perda de R\$ 30.750 em 31 de dezembro de 2013).

22 Receita

A seguir, a análise da receita da Companhia nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.

	Controla	dora	Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Receita bruta da venda de produtos	2.340.239	2.486.987	2.511.928	2.757.627
Receita bruta de serviços prestados	59.597	64.932	60.674	65.311
	2.399.836	2.551.919	2.572.602	2.822.938

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada nas demonstrações de resultados dos exercícios de 2014 e de 2013:

	Controlad	Controladora		Consolidado		
	2014	2013	2014	2013		
Receita Bruta	2.399.836	2.551.919	2.572.602	2.822.938		
Menos:						
Impostos sobre vendas	(391.218)	(436.630)	(436.630)	(475.408)		
Subvenção para investimento	250.244	262.043	280.688	289.232		
Devoluções e abatimentos	(80.112)	(59.884)	(85.101)	(70.229)		
Receita líquida	2.178.750	2.317.448	2.331.559	2.566.533		

23 Despesas por natureza

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseadas na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolid	ado
_	2014	2013	2014	2013
Matérias-primas e materiais de consumo utilizados	1.595.065	1.723.204	1.713.689	1.913.539
Despesas com pessoal	164.571	175.109	174.612	182.916
Despesas gerais	66.052	83.546	70.784	89.002
Despesa com serviços com terceiros	53.885	44.799	61.642	48.310
Despesa com verba de propaganda cooperada	24.793	35.408	33.920	43.292
Despesa com comissões	28.896	33.573	31.545	36.900
Depreciação e amortização	47.752	47.846	50.501	49.928
Outras despesas operacionais líquidas	128.289	141.023	143.997	156.943
=	2.109.303	2.284.508	2.280.690	2.520.830
Custo dos produtos vendidos	1.677.473	1.817.580	1.805.507	2.017.408
Despesas com vendas	323.269	364.075	352.847	393.288
Despesas gerais e administrativas	108.561	102.853	122.336	110.134
	2.109.303	2.284.508	2.280.690	2.520.830

A depreciação dos bens do imobilizado e a amortização dos intangíveis foram segregados da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Custo dos produtos vendidos	11.666	12.767	11.905	13.310
Despesas com vendas	22.086	19.586	23.424	20.714
Despesas gerais e administrativas	14.000	15.493	15.172	15.904
	47.752	47.846	50.501	49.928

24 Informações por segmento de negócios

Para gerenciar seu negócio e tomar decisões, a Companhia utiliza informações que focam nos canais de venda de produtos e serviços, que são a base na qual reporta suas informações primárias por segmento. Os principais segmentos operacionais da Companhia são: vendas ao varejo e vendas a entidades governamentais. As informações por segmento reportáveis dessas unidades estão apresentadas a seguir:

Receita e resultados dos segmentos

			Consolid	lado		
	31 d	e dezembro de 2014		310	le dezembro de 2013	
	Varejo	Governo	Segmentos reportáveis	Varejo	Governo	Segmentos reportáveis
Receita líquida de vendas	1.100.213	849.321	1.949.534	1.528.073	695.751	2.223.824
Custo dos produtos vendidos e serviços						
prestados	(856.406)	(658.394)	(1.514.800)	(1.156.903)	(567.918)	(1.724.821)
Lucro bruto	243.807	190.927	434.735	371.170	127.833	499.003
Despesas operacionais	(213.111)	(150.839)	(363.951)	(318.649)	(105.272)	(423.921)
Resultado antes do resultado financeiro	30.696	40.088	70.784	52.521	22.561	75.082
Resultado financeiro líquido	(23.545)	(29.471)	(53.016)	(46.154)	(13.393)	(59.547)
Lucro antes dos efeitos tributários	7.151	10.617	17.768	6.367	9.168	15.535
Imposto de renda e contribuição social						
(corrente e diferido)	(12)	(19)	(31)	(23)	(9)	(32)
Lucro líquido do período	7.139	10.598	17.737	6.344	9.159	15.503

A conciliação entre o total das receitas dos segmentos divulgáveis com as receitas totais da

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Companhia e suas controladas é como segue:

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	
Receita líquida de vendas			
Receita líquida de vendas dos segmentos reportáveis	1.949.534	2.223.824	
Receita líquida de vendas dos segmentos não reportáveis	382.025	342.709	
	2.331.559	2.566.533	

A conciliação entre o total do resultado líquido dos segmentos divulgáveis com o resultado líquido da Companhia e suas controladas é como segue:

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	
Lucro líquido do exercício			
Lucro líquido do exercício dos segmentos reportáveis	17.737	15.503	
Lucro líquido do exercício dos segmentos não reportáveis	5.534	87	
	23.271	15.590	

A receita dos segmentos apresentada anteriormente corresponde à receita gerada pelos clientes externos. As políticas contábeis para os segmentos reportáveis são as mesmas da Companhia. O lucro do segmento corresponde ao lucro auferido por cada segmento, após a alocação de todas as receitas, custos e despesas.

(a) Receita dos principais produtos e serviços

Abertura da receita líquida por produto

	Consolidado			
	2014	2013		
Produtos	- · ·			
Notebooks	893.380	1.295.707		
Desktops	976.889	802.591		
Tablets	165.455	206.908		
Telefones Celulares	108.225	33.319		
Outros	187.610	228.008		
_	2.331.559	2.566.533		

(b) Ativos e passivos por segmento

Os ativos e passivos da Companhia embora sejam destinados a alguns segmentos, não são gerenciados de maneira independente por se tratar, substancialmente, na fabricação de computadores para atender aos segmentos de vendas.

(c) Informações geográficas

No exercício de 2014 a Companhia e suas controladas reconheceram R\$ 64.517 de vendas no mercado externo (R\$ 69.844 no exercício de 2013). O restante das vendas ocorreu no território brasileiro.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Informações sobre principais clientes

Um cliente da Companhia foi responsável por mais de 22% da receita líquida total no exercício de 2014.

25 Resultado financeiro

_	Controladora		Consolidado	
-	2014	2013	2014	2013
Receitas financeiras				
Ajuste a valore presente - clientes	24.712	22.022	27.145	23.756
Rendimento aplicação financeira	12.500	6.954	12.501	6.954
Outras receitas financeiras	610	7.480	843	7.648
	37.822	36.456	40.489	38.358
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	(44.873)	(28.878)	(45.511)	(29.634)
Ajuste a valor presente - fornecedores	(19.851)	(23.302)	(21.662)	(25.802)
Desconto - pagamento antecipado	(6.489)	(4.015)	(6.620)	(4.015)
Imposto sobre operações financeiras	(647)	(1.409)	(648)	(1.410)
Multas contratuais	(2.836)	(222)	(2.836)	(222)
Outras despesas financeiras	(12.106)	(6.322)	(12.202)	(6.544)
	(86.802)	(64.148)	(89.479)	(67.627)
Total das receitas e despesas financeiras	(48.980)	(27.692)	(48.990)	(29.269)
Variação cambial				
Ganho na cobertura cambial	28.685	28.933	28.685	28.933
Perda na cobertura cambial	(31.355)	(22.301)	(31.355)	(22.301)
Ganho na variação cambial	51.218	45.485	53.614	49.122
Perda na variação cambial	(60.789)	(79.135)	(65.554)	(85.705)
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	(12.241)	(27.018)	(14.610)	(29.951)
Resultado financeiro, líquido	(61.221)	(54.710)	(63.600)	(59.220)

O ganho e a perda na cobertura cambial são resultados de contratos negociados nos mercados a termo, de futuros e opções e de *swap's*, que possibilitam a proteção (*hedge*) contra variações de taxas, com o objetivo de mitigação dos riscos inerentes à volatilidade cambial.

26 Seguros - Consolidado

Em 31 de dezembro de 2014, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Cobertura por eventos	Valor em risco	Vigência
Danos patrimoniais	627.925	01/04/2014 a 01/04/2015
Roubo e furto de bens e estoques	420.000	01/04/2014 a 01/04/2015
Lucros cessantes decorrentes de Incêndio	110.000	01/04/2014 a 01/10/2015
Processos judiciais e/ou administrativos em discussão	36.140	06/06/2004 a 06/06/2016
Seguro de Crédito - Comercialização de equipamentos de informática	196.625	30/09/2014 a 30/09/2015
Responsabilidade Civil - diretores e administradores	30.000	30/10/2014 a 30/10/2015

Os auditores independentes não avaliaram a suficiência dos montantes contratados para cobrir eventuais sinistros.

27 Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	Controladora		
	2014	2013	
<u>Básico</u>			
Numerador básico			
Lucro líquido (prejuízo) alocado para ações ordinárias	23.271	15.590	
Denominador básico			
Média ponderada das ações ordinárias (em milhares)	85.530	86.104	
Lucro líquido (prejuízo) por ação - Básico	0,2721	0,1811	
<u>Diluído</u>			
Numerador diluído			
Lucro líquido (prejuízo) alocado para ações ordinárias	23.271	15.590	
Denominador diluído			
Média ponderada das ações ordinárias (em milhares)	85.530	86.104	
Lucro líquido (prejuízo) por ação - Básico	0,2721	0,1811	

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro por ação diluído, como segue:

	Controladora		
Quantidade média ponderada de ações ordinárias	2014	2013	
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizadas na apuração do lucro básico por ação	85.530	86.104	
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizada na apuração do lucro diluído por ação	85.530	86.104	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As seguintes ações ordinárias potenciais são antidilutivas e, portanto, foram excluídas da quantidade média ponderada de ações ordinárias para o cálculo do lucro diluído por ação:

	Controladora	a
_	2014	2013
Opções de empregados	1.626	-

28 Gestão de risco financeiro

28.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo e risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia gere os riscos globais, concentrando-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco, não tendo o propósito de especulação para alavancar seus resultados financeiros. As informações quantitativas para cada tipo de risco decorrente dos instrumentos financeiros estão destacadas nas seções a seguir, as quais representam as concentrações de risco que são monitoradas pela Administração da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, seguindo as diretrizes da Diretoria e do Conselho de Administração.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

A Companhia atua preponderantemente no mercado doméstico, mas realiza importações de insumos do mercado externo, estando, portanto exposta ao risco cambial, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos. As principais transações referem-se às contas a pagar a fornecedores estrangeiros (Nota 14) e às operações de empréstimos de capital de giro (Nota 15).

A Administração estabeleceu uma política que exige que a Companhia administre seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. A Companhia, cujas operações estão expostas ao risco cambial, é requerida a proteger suas posições via operações de *hedge*, efetuadas sob a orientação do departamento financeiro. O principal objetivo é proteger seus compromissos assumidos em dólar de oscilações nos preços futuros, de forma a proporcionar maior previsibilidade em sua operação. A Companhia pratica operações de Opções de compra de dólar e/ou também operações de NDF (*Non Deliverable Forward*), as quais possuem a finalidade de proteção contra as oscilações das taxas de câmbio, cobrindo assim, apenas a exposição cambial pelo prazo de pagamento concedido por fornecedores na compra de componentes importados. Adicionalmente a Companhia pratica operações de *Swap* com o objetivo de proteger seus empréstimos em moeda estrangeira das oscilações nos preços futuros. As principais análises feitas pelo departamento financeiro para a contratação de instrumentos financeiros derivativos são:

- A partir da análise do saldo em contas a pagar referente às importações, sejam relativos ao material já em estoque, ou do material em trânsito, os contratos derivativos são semanalmente revisados e/ou incrementados.
- O montante e tipo de modalidade a serem contratados são definidos à luz das particularidades de cada uma delas em relação à volatilidade do dólar e perspectivas futuras

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

da economia.

• Com base na análise de sensibilidade da volatilidade do dólar versus as modalidades de hedge contratadas ao longo dos meses, é possível mensurar as possíveis necessidades de caixa para fazer frente aos resultados das operações de NDF.

		31	de dezembro de 2014
Controlado	ra	Consolidad	lo
Moeda estrangeira	Reais	Moeda estrangeira	Reais
277	735	1.690	4.490
(72.223)	(191.839)	(93.589)	(248.590)
(52.546)	(139.573)	(56.837)	(139.573)
56.375	149.743	56.837	139.573
25.843	68.644	25.843	68.644
89.604	238.006	89.604	238.006
47.330	125.716	23.548	62.550
(156.996)	(417.013)	(156.996)	(417.013)
(109.666)	(291.297)	(133.448)	(354.463)
	Moeda estrangeira 277 (72.223) (52.546) 56.375 25.843 89.604 47.330 (156.996)	estrangeira Reais 277 735 (72.223) (191.839) (52.546) (139.573) 56.375 149.743 25.843 68.644 89.604 238.006 47.330 125.716 (156.996) (417.013)	Controladora Consolidadora Moeda estrangeira Reais Moeda estrangeira 277 735 1.690 (72.223) (191.839) (93.589) (52.546) (139.573) (56.837) 56.375 149.743 56.837 25.843 68.644 25.843 89.604 238.006 89.604 47.330 125.716 23.548 (156.996) (417.013) (156.996)

			31	de dezembro de 2013	
	Controlado	ra	Consolidado		
	Moeda estrangeira			Reais	
Passivo					
Fornecedores mercado externo					
Dólares americanos	(136.714)	(320.267)	(151.010)	(353.757)	
Empréstimos					
Dólares americanos	(109.466)	(334.242)	(109.466)	(346.725)	
Instrumentos financeiros derivativos					
Swap - Dólares americanos	109.466	334.242	109.466	346.725	
NDF's - Dólares americanos	140.159	328.336	140.159	328.336	
Opções de compra - Dólares americanos	24.106	56.471	24.106	56.471	
Exposição Líquida 1	27.551	64.540	13.255	31.050	
Projetos de governo					
Dólares americanos	(85.878)	(201.178)	(85.878)	(201.178)	
Exposição Líquida 2	(58.327)	(136.638)	(72.623)	(170.128)	

Exposição líquida 1 - refere-se exposição em moeda estrangeira considerando os passivos em moeda estrangeira detidos pela Companhia e contabilizados no balanço patrimonial, deduzido dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção destes passivos.

Exposição líquida 2 - refere-se exposição em moeda estrangeira considerando os passivos em moeda estrangeira detidos pela Companhia e contabilizados no balanço patrimonial e os compromissos futuros decorrentes dos Projetos de Governo, deduzido dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção destes passivos. Os Projetos de Governo referem-se às licitações ganhas pela Companhia para fornecimento de computadores nos próximos meses. Por esta razão a Companhia calcula a exposição que estará sujeita com a aquisição de insumos no exterior para fazer frente a estes compromissos assumidos.

Comparativamente, a exposição cambial líquida da Companhia referente à taxa de câmbio da moeda americana é maior em 2014 do que em 2013. Esse fato se deve aos contratos futuros de venda de projetos do Governo, o qual foi compensado com menor volume de empréstimos mantidos em dólares e uma maior contratação de instrumentos financeiros derivativos de proteção para os passivos com fornecedores do exterior. A análise de sensibilidade com os cenários projetados e os respectivos impactos no patrimônio líquido e no resultado estão apresentados no item "d" desta Nota.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

A Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros.

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo conforme Nota 15. Os empréstimos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Nas datas de 31 de dezembro de 2014 e de 2013, os empréstimos da Companhia às taxas variáveis eram mantidos em reais e dólares. A análise de sensibilidade com os cenários projetados e os respectivos impactos no patrimônio líquido e no resultado estão apresentados no item "d" desta Nota.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, bem como de exposições de crédito a clientes do governo e do varejo. Para bancos e outras instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente usualmente classificadas como "instituições de primeira linha". As instituições financeiras com as quais a Companhia opera, são avaliadas pelas agências de classificação de risco com *rating* elevado. Para os clientes, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores, conforme detalhado na Nota 6 que traz divulgação adicional sobre o risco de crédito com clientes. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. As vendas para clientes do varejo são liquidadas em dinheiro.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o período, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

(c) Risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de Administração, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A Nota 15 inclui linhas de crédito não utilizadas que a Companhia tem à disposição para reduzir ainda mais o risco de liquidez.

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivos financeiros

	Controladora					
_	Menos de	De um a	De três meses a	De um a	Mais de	
	um mês	três meses	um ano	cinco anos	cinco anos	Total
_	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
31 de dezembro de 2014						
Fornecedores	147.426	70.813	26.306	=	=	244.545
Empréstimos corrigidos a taxas						
de juros pós-fixadas	5.211	40.145	180.736	268.663	-	494.755
Instrumentos financeiros derivativos	3.034	1.187	811	-	-	5.032
Partes relacionadas		1.028				1.028
-	155.671	113.173	207.853	268.663		745.359
31 de dezembro de 2013						
Fornecedores	76.222	213.152	74.478	4	-	363.856
Empréstimos corrigidos a taxas de juros pós-						
fixadas	26.608	102.810	241.275	156.668	9.988	537.349
Instrumentos financeiros derivativos	1.139	3.184	1.112	-	-	5.435
Partes relacionadas		16.178				16.178
_	103.969	335.324	316.865	156.672	9.988	922.818

_	Consolidado						
	Menos de	De um a	De três meses a	De um a	Mais de		
<u>-</u>	um mês	três m eses	um ano	cinco anos	cinco anos	Total	
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	
31 de dezembro de 2014							
Fornecedores	192.063	87.074	34.403	-	-	313.540	
Empréstimos corrigidos a taxas							
de juros pós-fixadas	17.273	47.612	185.046	269.218	9.988	529.137	
Instrumentos financeiros derivativos	-	1.187	3.845	-	-	5.032	
Partes relacionadas		484				484	
-	209.336	136.357	223.294	269.218	9.988	848.193	
31 de dezembro de 2013							
Fornecedores	90.772	227.325	81.240	4	=	399.341	
Empréstimos corrigidos a taxas de juros pós-							
fixadas	35.510	106.324	246.897	156.668	9.988	555.387	
Instrumentos financeiros derivativos	1.235	3.094	1.106	· -	-	5.435	
Partes relacionadas	-	965	-	-	-	965	
-	127.517	337.708	329.243	156.672	9.988	961.128	

Ativos financeiros

			Controladora		
	Taxa de juros	Menos	De um	De três meses	
	efetiva média	de	a	a	
	ponderada	um mês	três m eses	um ano	Total
	% do CDI	R\$	R\$	R\$	R\$
31 de dezembro de 2014					
Caixa e bancos		12.104	=	=	12.104
Aplicações financeiras a taxas					
de juros pós-fixadas	98,77	207.329	-	=	207.329
Instrumentos financeiros derivativos		180	2.408	824	3.412
Contas a receber de clientes	96,34	176.184	199.750	15.620	391.554
Partes relacionadas		· - ·	-	41.774	41.774
	•	395.797	202.158	58.218	656.173
31 de dezembro de 2013					
Caixa e bancos		12.767	-	-	12.767
Aplicações financeiras a taxas de juros pós-					
fixadas	100,95	144.593	-	-	144.593
Instrumentos financeiros derivativos					
Contas a receber de clientes	97,24	158.161	272.564	36.159	466.884
Partes relacionadas		-	-	43.062	43.062
	•	315.521	272.564	79.221	667.306
	•				

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado					
	Taxa de juros efetiva média	Menos de	De um a	De três meses a	m . 1	
	ponderada % do CDI	um mês R\$	três m eses R\$	R\$	T otal R\$	
31 de dezembro de 2014						
Caixa e bancos		17.032	-	-	17.032	
Aplicações financeiras a taxas						
de juros pós-fixadas	98,77	207.329	=	-	207.329	
Instrumentos financeiros derivativos		180	2.408	824	3.412	
Contas a receber de clientes	96,34	197.027	254.046	34.556	485.629	
Partes relacionadas	_	_	_	18.319	18.319	
	•	421.568	256.454	53.699	731.721	
31 de dezembro de 2013						
Caixa e bancos		20.381	-	-	20.381	
Aplicações financeiras a taxas de juros pós-						
fixadas	100,95	144.593	=	-	144.593	
Instrumentos financeiros derivativos						
Contas a receber de clientes	97,24	173.768	293.581	36.593	503.942	
Partes relacionadas	_	<u>-</u>		33.912	33.912	
		338.742	293.581	70.505	702.828	

(d) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais a Companhia está exposta no final do período. As variáveis de riscos relevantes para a Companhia no exercício, levando em consideração o período projetado de até 12 meses para essa avaliação são sua exposição à flutuação de moeda estrangeira, substancialmente o dólar norteamericano, e sua exposição à flutuação nas taxas de juros. A administração entende que o cenário provável reflete a expectativa de cotação do dólar norte-americano do BACEN — Banco Central do Brasil no exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Os demais fatores de riscos foram considerados irrelevantes para o resultado de instrumentos financeiros.

										(Consolidado
	Sald	los patrim oniais									
	2014	2013	2014	2013							Cenários
	Passivo	Passivo	Nocional	Nocional	Risco	Fechamento	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Instrumentos financeiros derivativos Swap de taxa de juros - mantidos para negociação US\$ para R\$ (CDI)	(5.032)	(5.435)	56.837	109.466			(5.032)	(6.290)	(7.548)	(3.774)	(2.516)
Empréstimos					Variação do CDI						
Em US\$	(139.573)	(346.725)	(56.837)	(109.466)	uo CDI						
Exposição líquida	(144.605)	(352.160)		-			(5.032)	(6.290)	(7.548)	(3.774)	(2.516)
Instrumentos financeiros derivativos Contratos de câmbio a termo - mantidos para negociação						2,656	2,710	3,388	4,065	2,033	1,355
R\$ para US\$ - NDF's e Opções	3.412	4-544	115.447	164.265			6.211	78.215	156.431	(78.215)	(156.431)
Outros passivos financeiros Fornecedores moeda estrangeira US\$ para R\$	(248.590)	(353-757)	(93.589)	(151.010)	Variação do US\$		(5.035)	(63.407)	(126.813)	63.407	126.813
Exposição líquida 1	(245.178)	(349.213)	21.858	13.255			1.176	14.809	29.618	(14.808)	(29.618)
Fornecedores moeda estrangeira - projetos de governo US\$ para R\$	-	-	(156.996)	(85.878)			(8.446)	(106.365)	(212.730)	106.365	212.730
Exposição líquida 2	(245.178)	(349.213)	(135.138)	(72.623)			(7.270)	(91.556)	(183.112)	91.557	183.112
Impacto no resultado (Efeito apropriado ao resultado r	os contratos de NDF's	e Opções)				(2.670)	(12.302)	(97.846)	(190.660)	87.783	180.596

Exposição líquida 1 - refere-se exposição em moeda estrangeira considerando os passivos em moeda estrangeira detidos pela Companhia e contabilizados no balanço patrimonial, deduzido dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção destes passivos.

Exposição líquida 2 - refere-se exposição em moeda estrangeira considerando os passivos em moeda estrangeira detidos pela Companhia e contabilizados no balanço patrimonial e os compromissos futuros decorrentes dos Projetos de Governo, deduzido dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção destes passivos. Os Projetos de Governo referem-se às licitações ganhas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

pela Companhia para fornecimento de computadores nos próximos meses. Por esta razão a Companhia calcula a exposição que estará sujeita com a aquisição de insumos no exterior para fazer frente a estes compromissos assumidos.

28.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Dívida Líquida	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·			
Dívida (a)	496.375	542.640	520.769	555.123
Caixa e saldos de bancos	(219.433)	(157.360)	(224.361)	(164.974)
	276.942	385.280	296.408	390.149
Patrimônio Líquido (b)	660.756	645.728	660.756	645.728
Índice endividamento líquido	0,42	0,60	0,45	0,60

- (a) A dívida é definida como empréstimos de curto e longo prazos, abatida pelo recebível e obrigação das operações com derivativos.
- (b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

28.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

O valor justo dos instrumentos derivativos é calculado utilizando preços cotados. Quando esses preços não estão disponíveis, é usada a análise do fluxo de caixa descontado por meio da curva de rendimento, aplicável com a duração dos instrumentos para os derivativos sem opções. Os contratos futuros de câmbio são mensurados com base nas taxas de câmbio e nas curvas de rendimento obtidas com base em cotação e para os mesmos prazos de vencimentos dos contratos. Os "swaps" são mensurados pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados e descontados com base nas curvas de rendimento aplicáveis, baseadas na cotação das taxas de juros.

Para os instrumentos financeiros derivativos da Companhia (contratos futuros de moeda e *swaps* de troca de variação cambial por taxas de juros) são utilizadas mensurações de valor justo de Nível 2, por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

preços).

Instrumentos financeiros por categoria 29

	Controladora		Consoli	Consolidado		
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis		
31 de dezembro de 2014						
Ativos, conforme o balanço patrimonial						
Instrumentos financeiros derivativos	3.412	-	3.412	_		
Contas a receber de clientes e demais contas a						
receber, excluindo pagamentos antecipados	-	431.085	_	526.270		
Partes relacionadas	-	41.774		18.319		
Caixa e equivalentes de caixa	-	219.433	-	224.361		
	3.412	692.292	3.412	768.950		
31 de dezembro de 2013						
Ativos, conforme o balanço patrimonial						
Instrumentos financeiros derivativos	4.544	_	4.544	_		
Contas a receber de clientes e demais contas a	4.344		4.544			
receber, excluindo pagamentos antecipados	_	501.555	_	538.743		
Partes relacionadas	_	43.062	_	33.912		
Caixa e equivalentes de caixa	_	157.360	_	164.974		
	4.544	701.977	4.544	737.629		
	Control	adora	Consol	idado		
	Passivos mensurados					

	Control	adora	Consolidado		
	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Passivos ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	
31 de dezembro de 2014					
Passivos, conforme o balanço patrimonial					
Instrumentos financeiros derivativos	5.032	-	5.032	-	
Empréstimos	-	494.755	-	519.149	
Fornecedores e outras obrigações, excluindo					
obrigações legais	-	251.705	-	320.445	
Partes relacionadas	-	1.028	-	484	
	5.032	747.488	5.032	840.078	
31 de dezembro de 2013					
Passivos, conforme o balanço patrimonial					
Instrumentos financeiros derivativos	5.435	-	5.435	-	
Empréstimos	-	541.749	-	554.232	
Fornecedores e outras obrigações, excluindo					
obrigações legais	-	375.689	-	411.342	
Partes relacionadas	-	16.178	-	965	
	5.435	933.616	5.435	966.539	

Instrumentos financeiros derivativos 30

	Controladora e Consolidado							
	Nocional (U	SD)	201	4	2	2013		
	2014	2013	Ativo Circulante	Passivo circulante	Ativo Circulante	Passivo circulante		
Termo de moeda (NDF)	25.843	140.159	705	-	4.544	-		
Opções de dólar	89.604	24.106	2.707	-		-		
Swap de taxas de juros	56.375	109.466		5.032		5.435		
	171.822	273.731	3.412	5.032	4.544	5.435		

A Companhia opera com instrumentos financeiros exclusivamente para proteger certas exposições a risco, não tendo, portanto, caráter especulativo.

(a) Contratos de câmbio a termo

Com o objetivo de se proteger frente à volatilidade das exposições passivas, da moeda dólar, decorrentes do exposto total (fluxo de caixa), até 31 de dezembro de 2014, a Companhia contratou operações de "compra" de moeda a termo (NDF - Non Deliverable Forward), em dólares, nos seguintes montantes e condições:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Data da Contratação	Data de vencimento	ContraParte	Valor lastreado USD mil	Cotação alvo média
30/12/14	27/01/15	PINE	116	2,6770
De 06/10/14 a 30/12/14	De 13/01/15 a 19/05/15	BTG	5.838	2,6336
De 06/10/14 a 30/12/14	De 13/01/15 a 24/03/15	BRA DESCO	4.134	2,6230
De 07/04/14 a 30/12/14	De 06/01/15 a 12/05/15	HSBC	4.498	2,6295
De 06/10/14 a 02/12/14	De 16/01/15 a 15/05/15	SANTANDER	3.966	2,5673
De 22/10/14 a 29/12/14	De 27/02/15 a 10/04/15	BANCO DO BRASIL	6.541	2,6631
22/12/14	De 06/02/15 a 26/05/15	VOTORANTIM	750	2,7241
			25.843	2,6247

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia reconheceu R\$ 6.528 de perda no resultado do exercício referente aos contratos liquidados e em aberto no período (31 de dezembro de 2013 – ganho de R\$ 12.413).

(b) Swap de taxas de juros - CDI x US\$

Os "swaps" de taxa de juros são liquidados conforme o seu vencimento estipulado no contrato. A taxa de juros dos "swaps" corresponde à taxa de certificado de depósito interbancário. Em 31 de dezembro de 2014 a taxa média contratada do CDI foi de 110,00% (em 31 de dezembro 2013, 105,00%). O valor nocional em aberto em 31 de dezembro de 2014 era de US\$ 56.375. A Companhia irá liquidar os contratos pelo valor líquido da diferença entre as taxas de juros e a variação cambial.

Todos os contratos de "swaps" que trocarem variação cambial por taxa de juros foram contratados para reduzir a exposição do fluxo de caixa da Companhia resultante da variação cambial dos empréstimos. Os pagamentos dos contratos de "swaps" e dos juros dos empréstimos ocorrem simultaneamente e o valor é reconhecido no resultado do período.

(c) Contratos de opções de compra de dólar

Também com o objetivo de proteger as transações em moeda estrangeira com fornecedores do exterior frente à volatilidade do dólar norte-americano, a Companhia contratou opções de compra de dólar. O valor nocional em aberto em 31 de dezembro de 2014 era de US\$ 89.604. Os contratos serão liquidados nas suas datas de vencimento, nos seguintes montantes e condições:

			Valor lastreado	Cotação alvo
Data da Contratação	Data de vencimento	Contra Parte	USD mil	m édia
De 22/10/14 a 30/12/14	De 02/01/15 a 30/05/15	VOTORANTIM	39.440	2,6621
De 22/10/14 a 30/12/14	De 06/01/15 a 28/04/15	BRA DESCO	50.164	2,6589
			89.604	2,6607

No exercício de 2014 foi reconhecido um ganho de R\$ 3.867 (31 de dezembro de 2013 – perda de R\$ 6.933).

31 Plano de opção de compra de ações

Em 03 de novembro de 2006, os acionistas da Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram as condições gerais do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia ("Plano"), detalhadas a seguir.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Estabeleceu-se no Plano que poderão ser beneficiários do Plano os administradores, empregados e prestadores de serviço da Companhia ("Beneficiários"). Ainda, foi determinado que as opções outorgadas não excederão o percentual de 2% (dois por cento) do total de ações do capital da Companhia existentes na data de sua concessão, acrescidas das ações existentes caso todas as opções concedidas nos termos do Plano houvessem sido exercidas. Uma vez exercida a opção pelo Beneficiário, as ações correspondentes são objeto de emissão por meio de aumento do capital da Companhia. Também podem ser oferecidas opções de compra de ações existentes em tesouraria.

O plano deve ser administrado pelo Conselho de Administração ou, por opção deste último, por um Comitê composto por 3 membros, sendo pelo menos um deles necessariamente membro (titular ou suplente) do Conselho de Administração. O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, terá amplos poderes, respeitados os termos do Plano e, no caso do Comitê, as diretrizes do Conselho de Administração da Companhia para a organização e administração do Plano e das outorgas de opções, podendo, inclusive, a qualquer tempo, (i) alterar ou extinguir o Plano; (ii) estabelecer a regulamentação aplicável aos casos omissos; (iii) prorrogar, mas nunca antecipar, o prazo final para o exercício das opções vigentes; e (iv) antecipar o prazo de carência para o exercício das opções vigentes.

O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, pode criar, periodicamente, Programas de Opção de Compra de Ações da Companhia ("Programas"), onde serão definidos: (i) os beneficiários, (ii) o número total de ações da Companhia objeto de outorga; (iii) o preço de aquisição; (iv) o prazo inicial de carência durante o qual a opção não poderá ser exercida; (v) os prazos e as datas limite para o exercício da opção, bem como as datas em que os direitos decorrentes da opção expirarão, observadas as hipóteses previstas no Plano; (vi) eventuais restrições às ações recebidas pelo exercício da opção; e (vii) disposições sobre penalidades.

Em 16 de agosto de 2007, em Reunião do Conselho de Administração, foi aprovado o primeiro Programa ("Programa I"), posteriormente em 12 de agosto de 2008, o Conselho de Administração aprovou o segundo Programa ("Programa II"). Em ambos os Programas não existem opções em aberto, de forma que os Programas estão, consequentemente, encerrados.

Em consonância com a estratégia da Companhia, participaram atualmente dos referidos Programas os diretores estatutários, diretores não estatutários, gerentes e alguns colaboradores cuja retenção no longo prazo a Administração entende ser relevante para a Companhia. A Companhia concedeu a estes Beneficiários a opção de compra de uma quantidade pré-determinada de ações ordinárias de sua emissão. Esta opção é dividida em três lotes, cada qual equivalente à terça parte da totalidade das opções outorgadas. Ressalta-se que não foram outorgadas opções ao Diretor Presidente, que é membro do Conselho de Administração e um dos acionistas controladores.

Quando outorgadas opções no âmbito do Plano, cada Beneficiário deve celebrar com a Companhia um Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações, o qual contém as condições específicas e individuais de cada outorga, como a quantidade de ações que o Beneficiário tem direito de adquirir com o exercício da opção, o preço de exercício e o prazo no qual as opções podem ser exercidas.

Conforme descrito acima, atualmente a Companhia não possui Programas em aberto. Entretanto, o Conselho de Administração poderá aprovar novas outorgas de opções de compra de ações, de acordo com as condições gerais aprovadas pela assembleia geral de acionistas de 03 de novembro de 2006.

Em 27 de novembro de 2014 foi aprovado em reunião do Conselho de Administração o terceiro Programa ("Programa 2014"). O programa totaliza até 1.756.000 opções divididas em dois lotes iguais.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Program a 2014								R\$ Mil
·							Vlr Total	
	Qtd. Opções em Aberto	Preço Exercício		Preço corrigido pelo		Preço Opção	Opção (R\$	
Lote	em 31/12/2014	(R\$ 1)	Ano Exercício	IGPM até 31/12/2014	Data Outorga	(R\$1)	mil)	2014 (R\$ mil)
1	813.000	2,30	2016	2,27	27/11/2014	0,6770	550	48
2	813.000	2,30	2017	2,27	27/11/2014	0,8630	702	32
						Despesa Total	Apropriada	80

O preço de exercício do primeiro e do segundo lote, que contam com 813.000 opções em aberto respectivamente, foi definido em R\$ 2,30, corrigido pelo IGPM a partir de 27 de novembro de 2014 até a data de exercício e reduzindo os proventos pagos a partir da data de assinatura do contrato até a data de exercício. A Companhia adquiriu as ações para o Programa 2014 a um preço médio de R\$ 14,88. O primeiro lote poderá ser exercido no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016 e o segundo lote poderá ser exercido no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2017. Considerando que as opções em aberto fossem exercidas em 31 de dezembro de 2014, o efeito no patrimônio e no resultado seria uma despesa de R\$ 10.252 para cada lote, conforme abaixo:

Plano/Lote	Ações em aberto por lote	Preço de Aquisição pela companhia	Preço de exercício em 2014	Despesa da Companhia por lote referente ao custo de aquisição
Plano 2014/Lote 1	813.000	14,88	2,27	10.252
Plano 2014/Lote 2	813.000	14,88	2,27	10.252

Pelo fato da Companhia ter adquirido ações para fazer frente às opções eventualmente exercidas, não haverá diluição de participação dos acionistas quando do exercício das opções.

32 Evento Subsequente

Em 13 de fevereiro de 2015 a Administração decidiu exercer a aquisição facultativa da totalidade das debêntures da Primeira Emissão, conforme previsto na cláusula 6.19 da Escritura de Emissão, para manutenção em tesouraria e subsequente cancelamento. Sendo assim, nesta data, foi realizado o pagamento total antecipado da dívida com debêntures, totalizando R\$ 110.252 (R\$ 108.481 em 31 de dezembro de 2014).
